

Flávio Júnior da Silva Santos
Organizador

MENTES EM MOVIMENTO

UMA JORNADA PELA PSICOLOGIA



ARCO
EDITORES ● ● ●

Flávio Júnior da Silva Santos
Organizador

MENTES EM MOVIMENTO

UMA JORNADA PELA PSICOLOGIA



ARCO
EDITORES ● ● ●

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Editor Chefe: Ivanio Folmer

Bibliotecária: Aline Grazielle Benitez

Projeto gráfico e Diagramação: Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa: www.canva.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mentes em movimento [livro eletrônico] : uma
jornada pela psicologia / organização Flávio
Júnior da Silva Santos. -- Santa Maria, RS :
Arco Editores, 2025.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-457-2

1. Comportamento humano 2. Emoções – Aspectos
psicológicos 3. Psicologia 4. Saúde mental I. Santos,
Flávio Júnior da Silva.

25-267041

CDD-158

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde mental : Psicologia 158

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



10.48209/978-65-5417-457-2

Esta obra é de acesso aberto.

*É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria
e respeitando a Licença Creative Commons indicada.*



APRESENTAÇÃO

Mentes em Movimento é um convite para uma jornada fascinante pelo universo da psicologia. Esta obra desvenda os mistérios da mente humana, desde os processos básicos até as complexidades do comportamento. Exploraremos os traços que nos tornam únicos e como moldamos nossas relações.

Com uma linguagem acessível, a obra desmistifica a psicologia e contribui para a saúde mental. Seja você estudante, profissional da área ou simplesmente curioso, este livro oferece uma visão abrangente da mente humana, abrangendo diversas áreas do conhecimento, como psicologia clínica, social e neurociência. Uma ferramenta valiosa para compreender a si mesmo e aos outros.

Flávio Júnior da Silva Santos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Resiliência Psicológica em Sobreviventes do Câncer.....7

Maria Fernanda Barbosa Pinheiro; Aricléa Silva Lima; Leticia Barbosa Inácio de Magalhães; Ayslla Rodrigues Santos; Flávio Júnior da Silva Santos

doi: 10.48209/978-65-5417-457-0

CAPÍTULO 2

O Impacto do FOMO (Fear Of Missing Out) na Ansiedade Relacionada às Redes Sociais.....16

Victor Augusto F. Torquato Fernandes; Vitória Maria da Silva Mendes; Vitória Amanda Mourato da Cruz; Ellen Flávia Nogueira Ferreira; Flávio Júnior da Silva Santos

doi: 10.48209/978-65-5417-457-1

CAPÍTULO 3

Autodiagnóstico e Automedicação na Adolescência: Implicações do uso Indevido de Psicoativos no Desenvolvimento Cerebral....27

Ingrid Viviane da Silva Nascimento; Ísis Teles Pereira; Ihorrany Mayrlla de Moura Vitorio; Déborah Valéria Pereira Teodozio; Flávio Júnior da Silva Santos

doi: 10.48209/978-65-5417-457-3

CAPÍTULO 4

Neurociência do Vício: Traumas da Infância no Desenvolvimento da Dependência.....37

Conceição Natali de Freitas Lundgren; Bruna Carolayne Oliveira Sá; Bárbara Larissa de Lima Gomes; Hellen do Nascimento Gomes de Sousa; Flávio Júnior da Silva Santos

doi: 10.48209/978-65-5417-457-4

CAPÍTULO 5

Gênero e Sexualidade: Uma Análise Histórica.....55

Quitéria Raquel Bezerra Silvestre Holanda; Camile Barboza Leite Moura; Anne Karolynne Souza de Oliveira; Maria Fernanda Guerra de Queiroz; Flávio Júnior da Silva Santos

doi: 10.48209/978-65-5417-457-5

Sobre as Autoras e os Autores.....71

CAPÍTULO 1

RESILIÊNCIA PSICOLÓGICA EM SOBREVIVENTES DO CÂNCER

Maria Fernanda Barbosa Pinheiro

Ariclea Silva Lima

Leticia Barbosa Inácio de Magalhães

Ayslla Rodrigues Santos

Flávio Júnior da Silva Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-457-0

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o câncer é responsável por mais de 12% das mortes no mundo em 2018, constituindo um grave problema de saúde pública. Conforme “Indicadores Básicos para a saúde no Brasil” da Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2022, milhões de casos são diagnosticados anualmente, gerando uma carga tanto nos sistemas de saúde quanto na vida pessoal dos pacientes e de seus familiares. Desde o diagnóstico até o tratamento, podendo chegar à remissão, mas haverá sequelas envolvendo os aspectos físicos, como a queda de cabelo, cansaço excessivo e perda de peso de maneira gradativa. Além disso, acontece também o comprometimento emocional e psicológico dessas pessoas que enfrentam medos intensos, ansiedade e depressão.

A ansiedade torna-se mais grave durante variados momentos do tratamento, desde a realização dos exames, a sua devolutiva dos resultados e ao início das sessões de quimioterapia. Diante dessa pressão recorrente, há impactos na capacidade do paciente de ter uma vida mais leve ou tornar o processo mais fácil. Por outro lado, a depressão pode aparecer em diferentes estágios do diagnóstico e tratamento, fazendo o psicólogo ter a necessidade de identificar qual o grau de depressão e analisar a melhor maneira de intervenção para o caso. Com efeito, a gestão objetiva e realista da doença, que combina momentos de

luta e luto, também requer apoio psicológico, sendo o auxílio contínuo crucial para o bem-estar emocional do paciente e familiares (BRAGA et al. 2019 e SANTOS).

Nesse viés, a Psico-oncologia emerge como um campo necessário para compreender e intervir nas questões emocionais e comportamentais dos pacientes oncológicos. Como área interdisciplinar da Psicologia, a psico-oncologia busca ofertar suporte as pessoas doentes, seus familiares e aos profissionais de saúde, minimizando as consequências psicológicas e promovendo métodos para melhorar a qualidade de vida. Estudos indicam que um acompanhamento psicológico adequado pode reduzir significativamente as manifestações de depressão e ansiedade, além de aprimorar a adesão ao tratamento e o bem-estar emocional do enfermo (HOLLAND & LEWIS, 2001).

Durante o diagnóstico as vítimas da doença podem passar por diferentes fases emocionais, comparáveis ao luto. Segundo o “Manual de Psicologia Hospitalar: O Mapa da Doença”, a negação é frequentemente a primeira reação, na qual o paciente rejeita tanto a existência da doença quanto às intervenções médicas necessárias. O medo da morte decorrente dos efeitos colaterais do tratamento, afetam não somente a saúde física, como também a saúde mental. As pessoas podem sentir-se aprisionadas entre a luta pela sobrevivência e a aceitação do diagnóstico. Nessa fase, o psicólogo desempenha um papel essencial, oferecendo suporte sem forçar a aceitação, respeitando o tempo de cada paciente. A revolta também pode surgir como uma resposta emocional, e cabe ao psicólogo lidar com essas emoções focando na experiência pessoal do paciente, validando seus sentimentos e fornecendo suporte, mesmo que, do ponto de vista médico, essa reação possa dificultar o tratamento (SILVA 2016)

É de extrema importância a existência de uma equipe multidisciplinar, composta por psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas e demais profissionais de saúde, trabalhando de forma integrada para apoiar os pacientes e ajudá-los a enfrentar os desafios da doença, promovendo cuidados com o corpo e com a mente.

Um aspecto importante a ser desenvolvido em tratamentos oncológicos é a resiliência, pois se trata de uma forma adaptativa de vivenciar as adversida-

des, o reforço de emoções positivas pode influenciar diretamente na melhoria do quadro emocional da pessoa afetada pelo câncer, pois desenvolvem mecanismos de defesa. Então, as emoções positivas podem funcionar como alimento para a resiliência (FREDRICKSON, 2009; FREDRICKSON et al., 2003; TUGADE et al., 2014).

Estudos sobre câncer e resiliência destacaram fatores como espiritualidade, esperança, propósito de vida e otimismo que ajudam a reduzir os aspectos negativos no adoecido e ao desenvolver melhorias aumenta a contemplação da vida, estando associado ao desenvolvimento da gratidão (HAASE et al., 2014; ENGVALL et al., 2011).

Diante disso, neste presente trabalho faz-se necessário a investigação de qual maneira a resiliência pode contribuir no tratamento do câncer e qual a importância de mantê-la após o diagnóstico ou até mesmo após a remissão, buscando identificar quais características utilizadas pelos adoecidos influenciou positivamente no seu quadro, melhorando elementos físicos, mentais, emocionais e psicológicos.

A Psicologia Positiva, abordada por Martin Seligman (1998), discute as potencialidades humanas e a promoção do bem-estar. A respeito do câncer, essa abordagem se mostra importante ao destacar o impacto das emoções positivas, como otimismo, gratidão e esperança, na adaptação ao tratamento e na manutenção da qualidade de vida (FREDRICKSON, 2009). Pesquisas indicam que estratégias baseadas na Psicologia Positiva não apenas auxiliam na redução dos sintomas de depressão e ansiedade, mas também fortalecem a resiliência e aumentam a adesão ao tratamento (SNYDER, 2002). Assim, este estudo busca examinar como a resiliência, em conjunto com as práticas da Psicologia Positiva, pode promover maior bem-estar emocional aos pacientes oncológicos, promovendo um enfrentamento mais saudável da doença.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia deste trabalho baseou-se em uma revisão bibliográfica, abordagem fundamental para reunir e analisar informações já existentes sobre o tema de “resiliência psicológica em sobreviventes do câncer”. A revisão se-

guiu uma sequência organizada de etapas, visando garantir a confiabilidade e a qualidade da pesquisa. Nesta etapa, foram definidos os tópicos de interesse, delimitando o escopo da revisão e as palavras-chave a serem utilizadas.

Para a coleta dos dados bibliográficos, foram consultadas as bases de dados SciELO e Google Acadêmico, utilizando palavras-chave como: “resiliência”, “sobreviventes de câncer” e “resiliência psicológica”. Os critérios de inclusão abrangeram artigos publicados nos últimos 5 anos.

Após isso, os artigos encontrados foram revisados com ênfase na relevância dos resultados, metodologia e contribuições para o assunto. Essa etapa permitiu identificar as principais teorias e estudos relacionados ao trabalho.

Os conteúdos foram organizados de forma metódica, criando uma estrutura coesa e coerente entre os materiais avaliados. A síntese do material foi elaborada visando destacar as semelhanças e divergências nos estudos realizados, além de identificar as lacunas de pesquisas a serem exploradas.

Por fim, a discussão dos resultados incluiu uma reflexão sobre a importância da aplicabilidade da resiliência em situações de câncer e a necessidade de futuras investigações para o avanço do conhecimento na área.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa salientam a relevância da resiliência, em conjunto com outros fatores psicológicos e emocionais, como elementos contributivos de maneira fundamental para a constância do otimismo ao enfrentar o câncer. Ao analisar os pacientes com adaptação da resiliência no período do tratamento, não demonstram apenas maior capacidade de adequação, mas são mais dispostos no desenvolvimento de planejamentos de enfrentamento flexíveis atenuando tanto o impacto psicológico, como o físico.

Essa resiliência está interligada aos mecanismos de defesa, como a revisão cognitiva, na qual auxilia na reinterpretação de vivências que foram traumáticas para redução de carga emocionalmente negativa (LAZARUS & FOLKMAN, 1984). A psicologia positiva, oferece uma perspectiva valiosa para o tema da resiliência em pacientes com câncer. Ao invés de focar apenas nos

aspectos negativos da doença, ela enfatiza o desenvolvimento de qualidades como o otimismo, a esperança e a gratidão, que podem fortalecer a capacidade de enfrentamento e promover o bem-estar emocional (SELIGMAN & CSIKSZENTMIHALYI, 2000). Estudos têm demonstrado que intervenções baseadas na psicologia positiva, como identificação de forças pessoais, podem reduzir os sintomas de ansiedade e depressão em pacientes com câncer, além de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar psicológico (LYUBOMIRSKY et al., 2011).

Ao integrar os princípios da psicologia positiva ao cuidado de pacientes com câncer, é possível criar um ambiente terapêutico mais completo e eficaz, que não apenas combata os efeitos negativos da doença, mas também cultive as forças e recursos internos dos indivíduos, capacitando-os a viverem de forma mais plena e significativa, mesmo diante da adversidade. Portanto, incorporar as estratégias da psicologia positiva é uma importante ferramenta terapêutica que pode transformar a maneira como o paciente com câncer se compreende a sua condição.

As evidências também transparecem a necessidade de uma equipe multidisciplinar, necessitando de fisioterapeutas, psicólogos e assistentes sociais, apresentando a vitalidade para um suporte eficaz aos pacientes oncológicos. A participação em conjunto desses profissionais denota a criação de um ambiente mais harmônico e holístico, sendo necessário para gerenciar as múltiplas fases emocionais enfrentadas pelo indivíduo, como a negação e aceitação do seu quadro.

Pesquisas evidenciam que o apoio constante e qualificado de psicólogos é primordial em abrangência nos casos de ansiedade, deve ser contínuo nos momentos de quimioterapia e no reconhecimento ao diagnóstico (HOLLAND & LEWIS, 2001). Intervenções psicoterapêuticas, como a terapia cognitivo comportamental (TCC), vem se revelando de forma eficaz na diminuição da ansiedade, melhorando também picos de estresse, no qual torna o tratamento mais leve e uma experiência menos traumática (KANTER et al., 2009).

Outro ponto de vista importante a ressaltar nos resultados é a atribuição da espiritualidade e o propósito de vida como aspectos que se relacionam asser-

tivamente com a resiliência e o bem-estar emocional dos enfermos. Eles afirmam que uma conexão espiritual mais firme ou uma clara noção de propósito têm desenvolvido níveis menores de sintomas ansiosos e depressivos durante o tratamento.

A ciência explica como a espiritualidade disponibiliza um grande suporte emocional, proporcionando uma perspectiva mais positiva e um sentido de equilíbrio frente às adversidades (PUCHALSKI et al., 2009). Essa conexão espiritual tem potencial de servir como recurso de enfrentamento aos indivíduos, possibilitando uma ampla visão das suas vivências, com o intuito de contribuir na saúde mental de maneira mais segura e saudável.

Além disso, os estudos apontam que a ascensão de atitudes resilientes e emoções otimistas são necessárias mesmo após a remissão do câncer. A constância de hábitos resilientes e ambientes emocionalmente positivos são essenciais para a qualidade de vida dos sobreviventes. Os dados constam que a resiliência pós-traumática se exterioriza como consequência de experiências adversas nos sujeitos, onde desenvolvem capacidades avançadas de adaptação e vivacidade emocional após a recuperação (TEDESGHI & CALHOUN, 2004).

Embora a vivência do câncer seja altamente complexa, as afirmações indicam um aumento expressivo no progresso e na vida de pacientes e a aquisição de uma identidade mais resiliente e robusta.

Em suma, as pesquisas do presente estudo demonstram como a resiliência, em conjunto com ações integrativas no cuidado psicológico, executa atribuições cruciais na vivência dos doentes oncológicos. Onde essa perspectiva não apenas atenua os impactos psicológicos danosos, como também consolida as habilidades adaptativas do sujeito, engajando assim o tratamento e uma maior qualidade de vida. Diante disso, para um melhor tratamento oncológico, é necessário a ampliação das estratégias com o uso da resiliência, práticas de autocuidado e espiritualidade, propondo não apenas a remissão, como também o bem-estar completo dos enfermos.

CONCLUSÕES

O presente estudo executado evidenciou a relevância da resiliência psicológica como um fator primordial no enfrentamento do câncer, possibilitando um grande suporte diante dos desafios físicos e emocionais que os enfermos passam durante o diagnóstico e tratamento. A resiliência, associada a uma equipe multidisciplinar como apoio, exterioriza-se bastante adequada e eficaz na promoção do bem-estar mental e na qualidade de vida dos pacientes.

Além disso, os resultados exprimem que as intervenções em conjunto à resiliência, ao apoio psicológico, às ações de autocuidado e à espiritualidade são imprescindíveis a ponto de contribuir no fortalecimento de mecanismos de combate eficiente. Como destacado por Robson Hamuche em “Pílulas de Resiliência”, cultivar pensamentos positivos e um senso de propósito ajuda os indivíduos a lidarem com os desafios de forma mais equilibrada, promovendo uma mentalidade fortalecedora em meio às adversidades. Essas intervenções estratégicas não somente suavizam os impactos psicológicos negativos causados pela doença, como também facilitam de forma mais adequada a uma adaptação positiva e saudável no decorrer do tratamento.

Ademais, a persistência das práticas resilientes e o apoio psicológico também após a remissão é indispensável para a manutenção da qualidade de vida dos sobreviventes do câncer. Hamuche (2020) aponta que a resiliência pode ser desenvolvida por meio de práticas regulares, como a gratidão, o autocuidado e a construção de conexões significativas, que oferecem bases sólidas para enfrentar futuros desafios. Essa resiliência pós-traumática, concebida por intermédio das experiências adversas vivenciadas, habilita mais otimismo e resistência aos indivíduos no enfrentamento de outras adversidades.

De acordo com os resultados avaliados, percebe-se que a integração da Psicologia Positiva ao auxílio psicológico tradicional pode otimizar o enfrentamento do câncer, permitindo maior resiliência e qualidade de vida aos pacientes. O desencadeamento de emoções positivas, a consolidação das relações interpessoais e o surgimento de um propósito de vida emergem como estratégias eficientes na redução do sofrimento emocional e no comprometimento ao trata-

mento (SNYDER, 2002). Ademais, revela-se a relevância de práticas contínuas de espiritualidade, autocuidado e gratidão, não apenas durante o tratamento, mas também após a remissão, contribuindo para um processo de adaptação mais saudável e um bem-estar duradouro.

Sugere-se que investigações futuras se aprofundem na aplicabilidade das intervenções da Psicologia Positiva no contexto oncológico, com o objetivo de ampliar as possibilidades terapêuticas disponíveis. Dessa forma, busca-se contribuir para um modelo de tratamento mais humanizado e integrativo, promovendo não apenas o bem-estar emocional dos pacientes, mas também a qualidade do cuidado oferecido ao longo do processo terapêutico.

Portanto, a promoção de resiliência psicológica em sobreviventes do câncer não apenas contribui no tratamento individual, como também consolida uma maior eficiência e integração nos sistemas de tratamento, mediante políticas de saúde que incorporem cuidados físicos e emocionais essenciais para um tratamento oncológico mais saudável e completo.

REFERÊNCIAS

BRAGA, B. R.; MIRANDA DE LIMA, A. M.; DE OLIVEIRA FRAGA, L. C. **Estratégias que reforçam a resiliência em pacientes com distúrbio oncológico: uma revisão integrativa.** Revista de Enfermagem da UFJF, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1–10, 2019. DOI: 10.34019/2446-5739.2019.v5.14052. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/enfermagem/article/view/14052>. Acesso em: 29 set. 2024.

FREDRICKSON, Barbara L. **Positivity: Discover the Upward Spiral That Will Change Your Life.** New York: Crown Publishing, 2009.

HAMUCHE, Robson. **Pílulas de resiliência: uma dose diária de calma, força e felicidade para viver melhor e com menos preocupações.** Edição padrão. São Paulo: Buzz Editora, 2020.

HOLLAND, J. C.; LEWIS, S. **The Human Side of Cancer: Living with Hope, Coping with Uncertainty.** New York: HarperCollins, 2001.

LAZARUS, R.; FOLKMAN, S. **Stress: Appraisal and Coping.** *Encyclopedia of Behavioral Medicine*, 2020. Disponível em: <https://katalog.ub.uni-heidelberg.de/cgi-bin/titel.cgi?katkey=68016223>> Acesso em: 01 nov. 2024.

LYUBIRSKY, S., SHELDON, K. M., & SCHKADE, D. (2011). **Pursuing happiness: The architecture of sustainable change**. *Review of General Psychology*, 9(2), 1-16.

MARTURANO, Edna Maria; TRIVELLATO-FARENZENA, Maria Cecília; GONÇALVES, Patrícia Rosa. **Indicadores de risco para dificuldades de aprendizagem no início da escolarização: revisão sistemática de estudos longitudinais**. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 21, n. 2, p. 427-450, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/mLjkfM66g3xMnDTMCYVybPv/>. Acesso em: 25 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Indicadores básicos para a saúde do Brasil**. Brasília: OPAS, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/>.

SANTOS, D. B. DE M. DOS. **A positividade como caminho para desenvolver a resiliência em adolescentes com câncer**. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/20547#preview-link0>. Acesso em: 4 oct. 2024.

SILVA, Ana Lúcia. **O manual do psicólogo hospitalar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

SELIGMAN, Martin. **Learned Optimism: How to Change Your Mind and Your Life**. New York: Knopf, 1998.

SNYDER, C. R. **Handbook of Positive Psychology**. New York: Oxford University Press, 2002.

VAN LINDE CLAUDIA S E W SCHUURHUIZEN MIRJAM A G SPRANGERS AARTJAN T F BEEKMAN HENK M W VERHEUL, J. D. J. K. A. M. J. B. H. B. I. R. H. M. K. M. E. **Clinical management of emotions in patients with cancer: introducing the approach “emotional support and case finding”**. 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/tbm/article/10/6/1399/5985304?login=false>. Acesso em: 30 out. 2024.

CAPÍTULO 2

O IMPACTO DO FOMO (FEAR OF MISSING OUT) NA ANSIEDADE RELACIONADA ÀS REDES SOCIAIS

Victor Augusto F. Torquato Fernandes

Vitória Maria da Silva Mendes

Vitória Amanda Mourato da Cruz

Ellen Flávia Nogueira Ferreira

Flávio Júnior da Silva Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-457-1

INTRODUÇÃO

A comunicação humana passou por várias transformações ao longo da história, adaptando-se às mudanças tecnológicas e sociais. Nas sociedades primitivas, a comunicação era essencialmente oral. Tribos e povos antigos usavam a fala, o canto, como também expressões corporais como meio de transmitir conhecimento, histórias e tradições, perpetuando assim a cultura desse povo.

As pinturas rupestres, datadas de cerca de 30.000 anos atrás (BRIGGS e BURKE, 2006), foram uma das primeiras formas de registros de comunicação visual, permitindo a preservação de informações importantes, como caçadas e crenças espirituais. Por volta de 3.200 a.C., na Mesopotâmia, surgiu a escrita cuneiforme (gravuras realizadas em pedras, paredes e outras superfícies), considerada a primeira forma de escrita da humanidade.

Paralelamente, no Egito Antigo, os hieróglifos foram desenvolvidos como uma forma de registrar eventos e comunicações entre o governo e a população. A escrita possibilitou a criação de documentos duradouros, como leis, tratados e contratos comerciais. Civilizações como os persas, romanos e chineses desenvolveram sistemas de correios e mensageiros.

Durante o Império Romano, o serviço de mensageiros, conhecido como *Cursus Publicus*, foi crucial para manter o controle e a administração das vastas

terras do império. Mensageiros a cavalo percorriam grandes distâncias, levando cartas e ordens imperiais (BRIGGS e BURKE, 2006).

Durante a Idade Média, a comunicação escrita era restrita aos mosteiros e elites. Os manuscritos eram copiados à mão por monges, o que tornava o acesso à informação limitado e lento. Essa realidade mudou drasticamente em 1450, quando Johannes Gutenberg inventou a imprensa de tipos móveis na Europa (BRIGGS e BURKE, 2006).

A invenção revolucionou a comunicação, permitindo a produção em massa de livros, jornais e panfletos. Essa revolução foi crucial para a disseminação de ideias, especialmente durante a Reforma Protestante e o Iluminismo.

Ainda segundo Briggs e Burke (2006), no século XIX, a invenção do telégrafo por Samuel Morse, em 1837, permitiu a comunicação rápida por longas distâncias. O uso de cabos telegráficos transformou as comunicações militares, comerciais e pessoais. Pouco tempo depois, em 1876, Alexander Graham Bell inventou o telefone, dessa forma, revolucionando ainda mais a comunicação interpessoal ao permitir conversas em tempo real entre pessoas distantes.

O século XX trouxe avanços significativos com a invenção do rádio (GUGLIELMO MARCONI, 1896) e da televisão (1920-1930). Esses meios permitiram que notícias, entretenimento e informações fossem transmitidas instantaneamente para milhões de pessoas em várias partes do mundo.

Com a chegada da internet na década de 1990, de acordo com Hafner e Lyon (1988), a comunicação global passou por sua mais significativa transformação. A internet permitiu a comunicação em tempo real por e-mail, chat e, posteriormente, pelas redes sociais. Ferramentas como Facebook, Twitter e WhatsApp mudaram a forma como as pessoas interagem, permitindo a troca instantânea de mensagens, fotos e vídeos em escala global.

Nos dias atuais, vivemos em uma era de hiperconectividade, onde a necessidade de estar online e disponível a todo momento se tornou quase indispensável. O termo hiperconectividade foi originalmente empregado para caracterizar o estado de prontidão dos indivíduos para a comunicação a qualquer momento (MAGRANI, 2021).

Seja para o trabalho, para mantermos contato com amigos e familiares, ou para nos atualizarmos sobre o que acontece no mundo, a conexão constante à internet transformou nossas rotinas. Embora essa conectividade traga inúmeros benefícios, como agilidade na comunicação, acesso imediato à informação e armazenamento ininterrupto de dados (MAGRANI, 2019), também levanta questões importantes sobre os limites entre o tempo pessoal e profissional, a saúde mental e a dependência tecnológica.

Estar conectado o tempo todo é, ao mesmo tempo, uma exigência e um desafio da vida moderna, exigindo que encontremos equilíbrio e discernimento no uso da tecnologia. Dessa forma, atualmente enfrentamos um desafio significativo: o autocontrole no uso das tecnologias. As telas, ao proporcionarem uma liberação constante de dopamina, criam uma sensação de recompensa imediata, levando à necessidade de estarmos sempre conectados.

Com o avanço das redes sociais, surgiu uma problemática cada vez mais evidente, o Fear of missing out (FOMO), que se traduz no medo de perder algo importante ou ficar desatualizado. Essa ansiedade de acompanhar a vida alheia, somada à comparação constante, tem contribuído para o aumento de sintomas de estresse e insatisfação pessoal, afetando a saúde mental dos usuários. A (Internet of things) a LOT, terceira fase da internet, caracteriza-se pela interconexão de objetos via sensores e processadores.

A necessidade de estar constantemente conectado tem sido amplamente associada à depressão, à ansiedade e à redução do bem-estar (ELHAI, 2016). Esse comportamento reflete uma preocupação excessiva com experiências alheias e o medo da exclusão social, fenômeno conhecido como Fear of Missing Out (FOMO). Esse conceito descreve a ansiedade gerada pela percepção de que outras pessoas podem estar vivenciando experiências mais satisfatórias das quais o indivíduo não participa, intensificando a dependência das redes sociais.

O reforço intermitente, conceito desenvolvido por B. F. Skinner, refere-se a um processo no qual as recompensas – como notificações ou curtidas – são entregues de maneira imprevisível. Esse mecanismo potencializa o comportamento de checagem constante das redes sociais, pois o usuário sente que pode

estar perdendo algo relevante (ALT, 2018). Assim, cada notificação recebida reforça o ciclo de dependência, tornando a interação digital cada vez mais compulsiva.

A comparação social também desempenha um papel crucial no aumento da ansiedade relacionada ao FOMO. Segundo Festinger (1961), os indivíduos avaliam suas próprias habilidades e percepções em relação aos outros, um processo natural do ser humano. Entretanto, as redes sociais amplificam esse efeito, uma vez que apresentam uma versão filtrada e idealizada da vida alheia. Como resultado, o usuário tende a perceber sua própria realidade como menos satisfatória, gerando sentimentos de inadequação e insegurança social.

A exposição diária a momentos felizes e bem-sucedidos compartilhados por outras pessoas pode levar o indivíduo a questionar se sua vida está conforme as expectativas sociais. Essa percepção influencia diretamente a autoestima, especialmente quando há uma sensação de não pertencimento ao grupo social de referência. Dessa forma, indivíduos com baixa autoestima são mais vulneráveis ao FOMO, pois sentem maior necessidade de validação social e comparação constante com os outros.

No livro *O Cérebro Ansioso* (TELES, 2018), são abordados os mecanismos neurológicos da ansiedade são influenciados por fatores sociais e psicológicos que contribuem para a intensificação desse estado emocional. As redes sociais, projetadas para incentivar o engajamento contínuo, utilizam notificações intermitentes como um reforço de satisfação ao desejo de pertencimento, o que mantém os usuários conectados e aumenta a necessidade de verificar constantemente as plataformas digitais.

Conclui-se, portanto, que o FOMO está diretamente relacionado a processos psicológicos e sociais que afetam a saúde mental. A estrutura das redes sociais, baseada no reforço intermitente e na comparação social, contribui para o aumento da ansiedade e da insegurança, tornando essencial a conscientização sobre seus impactos e o desenvolvimento de estratégias para um uso mais equilibrado da tecnologia.

Essa realidade impacta a nível psíquico as nossas relações com a tecnologia, uma vez que não apenas os indivíduos se conectam aos meios tecnológi-

cos, mas a tecnologia que se conecta aos indivíduos, exigindo que o equilíbrio seja encontrado para que as tecnologias sejam usadas com discernimento a fim de não promover danos à saúde mental, às relações sociais e ao meio profissional através do FOMO.

Logo, a FOMO é um indicador de ansiedade, estresse (GIL, 2015), frustração, solidão e depressão (PÉREZ-ELIZONDO, 2020) e sofrimento psicológico (VARCHETTA, 2020), que através dessa revisão bibliográfica buscamos trazer resultados e discutir sobre os recursos que podem ser utilizados para a diminuição ou prevenção da ansiedade causada pelas redes.

MATERIAL E MÉTODOS

Estratégia de Pesquisa

Os bancos de dados Google Scholar e SciELO foram as fontes das pesquisas, utilizando-se os termos “fomo”, “redes sociais”, “fomo e redes sociais” e “ansiedade”. Somente estudos publicados nos últimos cinco anos foram incluídos. O estudo foi pensado, visando compreender e analisar o impacto do Fear of missing out (FOMO) na Ansiedade Relacionada a Redes Sociais.

CrITÉrios de inclusão e exclusão

Foram incluídos estudos controlados e randomizados que investigaram os efeitos da FOMO no aumento da ansiedade. Excluindo-se estudos com outros tipos de intervenção, que lidavam com grupos distintos do que estávamos procurando, e estudos que não foram publicados em português ou inglês.

Seleção de estudo

Os estudos para inclusão na revisão foram selecionados de forma independente por quatro revisores. Nos casos de discordância, foi realizada uma pesquisa entre os revisores para identificar os estudos mais pertinentes para o artigo.

Extração de dados

De cada estudo, foram extraídos os seguintes dados: problemáticas, características dos participantes, tipo de intervenção, instrumentos de medição e principais resultados.

Análise dos dados

Os dados extraídos foram submetidos a uma análise qualitativa para identificar as principais tendências e disparidades entre os estudos.

RESULTADOS E DISCURSSÃO

Esta análise bibliográfica buscou examinar as conexões entre a utilização de redes sociais, as habilidades sociais, o medo de perder algo (FOMO) e o bem-estar, fundamentando-se em pesquisas recentes. O primeiro estudo feito por Du Mont (2022), analisou os efeitos do uso de redes sociais sobre a ansiedade em dois participantes jovens. Um deles era um homem na faixa dos vinte anos, e o outro, uma mulher no início da vida adulta. O experimento foi de curta duração, aproximadamente três semanas, divididas em dois períodos: um sem acesso às redes sociais (como TikTok, Twitter e Instagram) e outro com uso restrito.

A coleta diária de dados sobre ansiedade foi realizada por Du Mont, (2022), através de um questionário validado e os resultados mostrados pela Análise estatística comparativa, indicou que a utilização das redes sociais teve um impacto relevante nos níveis de ansiedade. O primeiro envolvido apresentou uma diminuição em sua atividade, enquanto a segunda envolvida teve um aumento na ansiedade durante o período sem acesso. De maneira inversa, quando o primeiro experimentou um aumento na ansiedade, a segunda apresentou uma redução dos sintomas.

O segundo estudo feito por Deniz (2021), investigou os impactos do FOMO na relação entre autoeficácia social e satisfação com a vida em uma amostra de 323 alunos de graduação, composta majoritariamente por mulheres, com idades que abrangem desde o início da vida adulta até os primeiros anos da idade adulta mais avançada. Os resultados revelaram que houve uma correlação positiva significativa entre autoeficácia social e satisfação com a vida, indicando que indivíduos com maior autoeficácia social relatam níveis mais altos de satisfação pessoal.

Foi observado por Deniz (2021), uma associação negativa entre autoeficácia social e FOMO, sugerindo que indivíduos que se sentem mais con-

fiantes a respeito de suas habilidades sociais são menos propensos a experimentar FOMO. Além disso, a análise identificou uma correlação negativa entre FOMO e satisfação com a vida, indicando que o aumento do medo de ficar de fora está associado a uma diminuição na satisfação com a vida. Dessa maneira, o FOMO atua como um mecanismo de compensação para que a insatisfação com a própria vida seja substituída pela inclusão social exacerbada através das mídias sociais.

Por fim, o Fear of Missing Out (FOMO) foi identificado como uma variável mediadora na relação entre a eficácia em relações sociais e satisfação com a vida, sugerindo que o aumento da autoeficácia social não apenas reduz tal apreensão, mas também promove um maior bem-estar pessoal.

Os resultados apontam para o fato de que tanto o consumo das redes sociais quanto a segurança no ambiente social influenciam com impacto notável os índices de ansiedade e satisfação com a vida. O aumento da ansiedade relativo ao uso das redes sociais pode ser explicado por motivações como bombardeio constante de informações e pressão social para garantir a continuidade de um engajamento ativo, corroborando a literatura disponível que realça o efeito negativo das redes sociais sobre a saúde mental.

Um desalinhamento que foi observado entre os dois participantes do primeiro estudo salienta a variabilidade individual nas respostas de ansiedade relacionadas ao uso das redes sociais, apontando para a possibilidade de características pessoais, como a resiliência/controle emocional, servirem para moderar essa relação. Tal divergência mostra com clareza como os efeitos de uso-restrição atuam de maneira distinta no cérebro, dessa forma, não cabendo a aplicação de um método rígido que atenuar o FOMO, pois a própria ansiedade é vivenciada de maneiras singulares.

Assim, a construção de habilidades sociais e busca por satisfação com a vida seriam mecanismos mais apropriados para serem desenvolvidos, pois quanto mais adaptabilidade emocional o indivíduo tem, maiores são as chances de os sintomas de ansiedade serem mitigados drasticamente com a redução da hiperestimulação causada pelas redes.

Além disso, a correlação positiva entre Habilidade interpessoal e contentamento com a vida indica que pessoas mais confiantes em suas habilidades

sociais tendem a cultivar relações interpessoais mais gratificantes. A correlação negativa entre autopercepção de competência social e FOMO sugere que indivíduos com maior segurança em suas competências sociais experimentam menos ansiedade em relação ao que estão perdendo socialmente. O impacto negativo do FOMO sobre a satisfação com a vida reforça a ideia de que a preocupação com a exclusão social pode ser debilitante.

Esses resultados enfatizam a necessidade de desenvolver intervenções que aumentem a autoeficácia social, especialmente em contextos universitários, onde a formação de relações sociais é crucial. Recomenda-se que profissionais de saúde mental e educadores implementem programas que abordem tanto o fortalecimento das habilidades sociais quanto a mitigação dos efeitos negativos do FOMO, promovendo um ambiente que favoreça o bem-estar psicológico e a satisfação com a vida entre os estudantes.

CONCLUSÕES

A hiperconectividade, impulsionada pelo avanço das tecnologias digitais, tornou-se um fenômeno global, mas foi em 2020, durante a pandemia de Covid-19, que esse processo se intensificou de maneira significativa. O isolamento social fez com que os indivíduos adotassem as TDICs – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – de forma excessiva, transformando a internet no principal meio de distração, com ênfase nas redes sociais. Educação, consultas, lazer e compras migraram para as telas, tornando o uso exacerbado dessas tecnologias inevitáveis.

Contudo, esse excesso trouxe consigo uma série de problemáticas, tanto físicas quanto mentais, que perduram até os dias atuais. Entre essas consequências, destaca-se o mau uso das redes sociais e o surgimento ou intensificação de fenômenos como o “Fear of Missing Out (FOMO)”, que se configura como uma das principais dificuldades enfrentadas pela sociedade contemporânea.

Este estudo teve como objetivo investigar como o FOMO impacta a vida dos indivíduos, com ênfase nos danos à saúde mental associados ao uso compulsivo de tecnologias digitais. Por meio de análises bibliográficas, foi possível identificar que o FOMO está diretamente relacionado ao aumento da ansieda-

de e outros distúrbios psicológicos, afetando de forma significativa indivíduos com baixa autoeficácia social e insatisfação com a vida. Esse comportamento é intensificado pela liberação de dopamina durante a interação online, que reforça a sensação de recompensa e perpetua o ciclo de dependência tecnológica.

Assim, o que inicialmente era visto como um meio de promover bem-estar durante o isolamento social, acabou se tornando uma causa de adoecimento mental, evidenciando a necessidade de um controle mais consciente do uso das telas para garantir uma vida saudável e equilibrada.

Desde a antiguidade, a comunicação e os avanços tecnológicos têm sido objetos de estudo, mas a hiperconectividade trouxe consigo novos desafios. A validação social nas plataformas digitais influencia diretamente a invisibilidade dos impactos causados pelo uso excessivo dessas tecnologias. Os internautas são mantidos constantemente conectados a tudo o que ocorre no mundo, o que gera impactos psicossociais e afeta sua saúde mental, muitas vezes de forma imperceptível.

Nesse contexto, o FOMO emerge como um fenômeno complexo, que reflete a busca incessante por estar sempre atualizado e sob os holofotes sociais, gerando uma pressão constante que pode levar a sérias consequências emocionais e comportamentais. As implicações desses resultados são extremamente relevantes para a sociedade, dado o impacto negativo do FOMO e do uso compulsivo de tecnologias.

Torna-se urgente promover conscientização sobre o tema, ampliar sua visibilidade e fomentar a realização de novos estudos. Limitações, como a restrição das fontes bibliográficas, indicam a necessidade de abordagens mais amplas e detalhadas em pesquisas futuras, que possam explorar de maneira mais profunda os impactos do FOMO, suas causas e os mecanismos envolvidos.

Em síntese, esta pesquisa contribui para o avanço do conhecimento sobre o FOMO, oferecendo novas perspectivas e evidências que destacam as implicações adversas desse fenômeno para os usuários. A continuidade das investigações sobre a relação entre FOMO e ansiedade será essencial para mitigar suas consequências e desenvolver estratégias preventivas que beneficiem tanto os indivíduos quanto a sociedade na totalidade.

Sob essa ótica, esta revisão bibliográfica busca trazer de forma clara e acessível às últimas pesquisas científicas sobre o FOMO, evidenciando os problemas causados pela busca incessante por atualizações e validação no mundo digital. Ao fomentar reflexões sobre a temática, busca-se ampliar a visibilidade dos impactos na vida dos usuários e promover um uso mais consciente e saudável das tecnologias digitais. Portanto, o controle do tempo de exposição às telas e a busca por um equilíbrio entre a vida online e offline são fundamentais para reduzir os riscos de complicações futuras e garantir o bem-estar físico e mental das gerações atuais e futuras.

REFERÊNCIAS

ALT, Dorit. **A MOTIVAÇÃO ACADÊMICA DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, O ENVOLVIMENTO COM A MÍDIA E O MEDO DE FICAR DE FORA**. Revista Brasileira de Psicologia, v. 12, p. 45-60, 2018.

BALTACI, Ö. The predictive relationships between the social media addiction and social anxiety, loneliness, and happiness. **INTERNATIONAL JOURNAL OF PROGRESSIVE EDUCATION**, v. 15, n. 4, p. 73-82, 2019. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1224299.pdf>. Acesso em: 9 out. 2024.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **UMA HISTÓRIA SOCIAL DA MÍDIA: DE GUTENBERG À INTERNET**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

DENIZ, M. **FEAR OF MISSING OUT (FOMO) MEDIATE RELATIONS BETWEEN SOCIAL SELF-EFFICACY AND LIFE SATISFACTION**. Psicologia, v. 34, n. 1, p. 28, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s41155-021-00193-w>. Acesso em: 9 out. 2024.

DU MONT, L. G.; FILHO, R. V; PACHECO, P. M.; DOS SANTOS.; AMBROSOLI, S.; PINHEIRO, A. M. da. **O IMPACTO DO USO DAS REDES SOCIAIS NO NÍVEL DE ANSIEDADE**. RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar, v. 3, n. 12, e3122418, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2418>. Acesso em: 9 out.

ELHAI, J D.; LEVINE, J C.; DORAN, N; HALL, J. **USO PROBLEMÁTICO DE SMARTPHONES, DEPRESSÃO E ANSIEDADE: uma revisão sistemática e meta-análise**. Psicologia e Comportamento Humano, v. 15, p. 81-89, 2016.

FESTINGER, Leon. **TEORIA DA COMPARAÇÃO SOCIAL**. São Paulo: Editora Moderna, 1961.

HAFNER, K.; LYON, M. **WHERE WIZARDS STAY UP LATE**: the origins of the internet. 1988. Disponível em: Where Wizards Stay Up Late - Google Books. Acesso em: 9 out. 2024.

MAGRANI, Eduardo. **A INTERNET DAS COISAS**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 192 p.

MAGRANI, E. **ENTRE DADOS E ROBÔS**: ética e privacidade na era da hiperconectividade. 2. ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019. 304 p.

ROSA, R C; SOUZA JUNIOR, J C; ZUMSTEIN, L. **O TECNOESTRESSE E AS CONSEQUÊNCIAS DA HIPERCONNECTIVIDADE PARA A EDUCAÇÃO**. 50. ed. Monte Carmelo: Cadernos da Fucamp, 2022. 60-77 p. v. 21.

SKINNER, B. F. **CIÊNCIA E COMPORTAMENTO HUMANO**. 1. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1953

SOUZA, M.; SILVA, R. **O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA ANSIEDADE E NO BEM-ESTAR PSICOLÓGICO**. Revista Brasileira de Saúde Mental, v. 20, n. 2, p. 233-250, 2020.

TELES, Leandro. **O CÉREBRO ANSIOSO**: Aprenda a Reconhecer, Prevenir e Tratar o Maior Transtorno Moderno. 1. ed. São Paulo: Alaúde, 2018. v. 1. ISBN 978-85-7881-531-8.

CAPÍTULO 3

AUTODIAGNÓSTICO E AUTOMEDICAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA: IMPLICAÇÕES DO USO INDEVIDO DE PSICOATIVOS NO DESENVOLVIMENTO CEREBRAL

Ingrid Viviane da Silva Nascimento

Ísis Teles Pereira

Ihorrany Mayrlla de Moura Vitorio

Déborah Valéria Pereira Teodozio

Flávio Júnior da Silva Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-457-3

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase de intensas transformações físicas, emocionais e sociais, marcada pela busca por identidade e autonomia, assim como pela pressão para lidar com desafios como o rendimento escolar e os relacionamentos interpessoais. Nesse contexto, muitos jovens enfrentam conflitos internos e externos que podem desencadear problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão. A incapacidade de lidar adequadamente com esses desafios tem levado um número crescente de adolescentes a recorrer à automedicação como uma forma de aliviar os sintomas emocionais sem orientação médica adequada (SILVA, 2011).

A prática da automedicação entre adolescentes é frequentemente impulsionada pelo autodiagnóstico de transtornos como Ansiedade, Depressão e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). O fácil acesso a informações, muitas vezes incompletas ou incorretas, facilita o consumo inadequado de medicamentos psicotrópicos, que apresentam riscos graves à saúde mental e física (NEVES, 2022). Esses jovens, em busca de soluções rápidas e acessíveis, recorrem a medicamentos que podem afetar negativamente o desenvolvimento cerebral, criando uma dependência química ou agravando os sintomas que deveriam ser tratados com acompanhamento especializado (COSTA, 2024).

Neste artigo, discute-se a prática da automedicação na adolescência a partir do autodiagnóstico de condições de saúde mental, com ênfase nas consequências do uso inadequado de psicoativos no cérebro em desenvolvimento. O objetivo é analisar os fatores que contribuem para essa prática, bem como os efeitos e riscos associados, a fim de promover uma reflexão sobre a necessidade de intervenção profissional e campanhas educativas voltadas para a conscientização do uso seguro de medicamentos entre adolescentes.

METODOLOGIA

Este artigo é uma revisão bibliográfica que visa analisar e discutir a prática da automedicação na adolescência, especialmente no contexto do autodiagnóstico de transtornos como Ansiedade, Depressão e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A pesquisa foi conduzida a partir da coleta de materiais acadêmicos disponíveis em bases de dados científicas, com ênfase na plataforma SciELO (Scientific Electronic Library Online), devido à sua relevância na disponibilização de publicações em língua portuguesa e à qualidade de seus artigos.

A revisão abrangeu estudos que discutem tanto os aspectos psicossociais quanto os biológicos da automedicação em adolescentes. Foram utilizados artigos que analisam os efeitos dos psicoativos no cérebro em desenvolvimento, bem como pesquisas focadas nas razões pelas quais os adolescentes recorrem ao autodiagnóstico e à automedicação. As referências utilizadas incluem estudos recentes e relevantes sobre o tema.

O processo de seleção das referências envolveu a busca por termos como “automedicação na adolescência”, “autodiagnóstico de transtornos mentais em adolescentes” e “efeitos psicoativos no cérebro adolescente”. Foram incluídos no corpus de análise apenas os artigos que tratavam diretamente dos temas em questão e que apresentavam dados relevantes para a compreensão dos riscos à saúde mental e física decorrentes do uso inadequado de medicamentos nessa fase da vida.

Essa abordagem permitiu a construção de um panorama sobre os riscos da automedicação entre adolescentes, possibilitando uma discussão aprofun-

dada sobre os impactos no desenvolvimento cerebral e as implicações sociais e psicológicas dessa prática. Além dos artigos da SciELO, as referências utilizadas neste estudo também incluem livros e publicações acadêmicas selecionadas por sua relevância no campo da psicologia e da saúde mental dos últimos 10 anos.

ADOLESCÊNCIA E CONFLITOS DESSA FASE

A adolescência é uma fase marcada por intensas transformações biológicas, psicológicas e sociais, o que frequentemente gera uma série de conflitos internos e externos. Nesse período, os jovens enfrentam desafios relacionados à identidade, autonomia, e a necessidade de pertencer a grupos sociais, ao passo em que lidam com pressões externas, como as exigências escolares e as dinâmicas dos relacionamentos interpessoais (OLIVEIRA; PINTO; SOUZA, 2003).

Essas demandas muitas vezes resultam em ansiedade, estresse e outros desconfortos emocionais, levando alguns adolescentes a recorrerem à automedicação como uma forma de aliviar os sintomas imediatos, sem uma orientação adequada de profissionais de saúde.

O rendimento escolar e as relações sociais, por sua vez, podem ser profundamente impactados pelas dificuldades emocionais e psicológicas características da adolescência. De acordo com Souza (2020), a falta de estratégias adequadas para lidar com a pressão pode comprometer o desempenho acadêmico, além de intensificar conflitos com familiares e amigos. Nesse contexto, a automedicação aparece como uma saída rápida e acessível para a redução dos sintomas de ansiedade e estresse, mas que, a longo prazo, pode acarretar graves riscos à saúde física e mental dos jovens.

Assim, o entendimento dos conflitos emocionais e acadêmicos que envolvem a adolescência é fundamental para compreender a predisposição à automedicação neste grupo etário, visto que os adolescentes, muitas vezes, buscam soluções imediatas e de fácil acesso para problemas que exigem intervenções mais complexas. O ambiente escolar, em particular, desempenha um papel central na forma como os jovens lidam com esses desafios, sendo um espaço onde tanto os conflitos quanto às oportunidades de suporte podem surgir.

AUTODIAGNÓSTICO

Outro fator preocupante relacionado à automedicação na adolescência é o autodiagnóstico de condições psicológicas, como ansiedade, depressão e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Com o acesso facilitado à internet e redes sociais, muitos jovens acabam realizando autodiagnósticos com base em informações superficiais ou não confiáveis, o que pode levar ao uso inadequado de medicamentos psicotrópicos (MORETTI; OLIVEIRA; SILVA, 2012). Essa prática é especialmente perigosa, pois o tratamento de condições como ansiedade e depressão exige uma avaliação cuidadosa de profissionais da saúde mental, que consideram fatores individuais, contextuais e clínicos.

O autodiagnóstico de transtornos como TDAH tem se tornado mais comum, especialmente devido à crescente exposição de informações online que simplificam os sintomas e promovem o uso de medicamentos como solução rápida (FERREIRA, 2020). O desconhecimento dos efeitos colaterais e das interações medicamentosas pode fazer com que adolescentes utilizem fármacos de forma indiscriminada, sem considerar os riscos associados ao uso prolongado ou inadequado.

Além disso, a banalização de termos clínicos, como “ansiedade” e “depressão”, contribui para que os adolescentes confundam sentimentos naturais, típicos dessa fase de transição, com transtornos psicológicos graves, levando-os a buscar medicamentos por conta própria. A falta de orientação profissional adequada pode agravar esses quadros, tornando-os mais difíceis de tratar no futuro.

Esse cenário ressalta a importância de uma abordagem mais informada e criteriosa sobre a saúde mental na adolescência, tanto no ambiente escolar quanto familiar. O desenvolvimento de programas educacionais que abordem o uso responsável de medicamentos e a importância de buscar orientação médica pode ajudar a reduzir a automedicação e os autodiagnósticos errôneos entre adolescentes.

AUTOMEDICAÇÃO

A automedicação, partindo do autodiagnóstico, tem se tornado uma prática cada vez mais comum entre adolescentes, especialmente no que se refere a medicamentos para tratar transtornos psicológicos e emocionais. O fácil acesso a informações online, combinado à pressão social e acadêmica, leva muitos jovens a buscar soluções rápidas para lidar com sintomas de ansiedade, depressão e estresse, muitas vezes sem compreender plenamente os riscos envolvidos (MORETTI; OLIVEIRA; SILVA, 2012). A partir de autodiagnósticos errôneos, os adolescentes frequentemente recorrem a medicamentos como ansiolíticos e antidepressivos sem prescrição médica, aumentando as chances de efeitos adversos e dependência.

A automedicação em adolescentes é facilitada pelo acesso a fármacos, muitas vezes obtidos através de familiares ou amigos, o que reforça o uso inadequado de substâncias sem a devida orientação médica. Segundo Figueiredo, et.al (2017, p.3), o uso indevido de medicamentos psicotrópicos pode mascarar sintomas subjacentes, retardando diagnósticos corretos e, em alguns casos, agravando as condições de saúde mental. Além disso, o consumo inadequado de medicamentos pode desencadear sérias complicações, como dependência química e efeitos colaterais severos, especialmente em um organismo em desenvolvimento, como o de adolescentes.

De acordo com de Micheli et al. (2020), o uso de analgésicos, anti-inflamatórios e, em especial, psicotrópicos para tratar sintomas de transtornos mentais sem acompanhamento profissional também se revela problemático, uma vez que o tratamento desses distúrbios requer uma abordagem personalizada e multidisciplinar. A prática da automedicação, baseada em um autodiagnóstico incorreto, não só coloca o adolescente em risco físico e mental, como também pode criar uma falsa sensação de controle sobre a própria saúde, dificultando o reconhecimento da necessidade de intervenção médica adequada.

A disseminação de campanhas educativas, tanto no ambiente escolar quanto familiar, é essencial para conscientizar os adolescentes sobre os riscos da automedicação e a importância de buscar profissionais capacitados para

diagnósticos e tratamentos corretos. Dessa forma, a sociedade pode contribuir para a redução dessa prática, oferecendo suporte adequado aos jovens que enfrentam dificuldades emocionais e psicológicas.

EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS QUE O USO DE PSICOATIVOS TEM NO CÉREBRO ADOLESCENTE

O uso de medicamentos psicotrópicos sem prescrição, particularmente em adolescentes, pode ter consequências graves para o desenvolvimento cerebral, dado que o cérebro nesta fase ainda está em processo de amadurecimento. Durante a adolescência, ocorrem mudanças significativas nas regiões cerebrais responsáveis pelo controle das emoções, tomada de decisões e comportamento, como o córtex pré-frontal e o sistema límbico (DE MICHELI ET AL., 2020). O uso inadequado de substâncias psicoativas pode interferir nesse processo, afetando a plasticidade neural e, potencialmente, comprometendo o desenvolvimento cognitivo e emocional.

Um dos principais efeitos negativos do uso de ansiolíticos e antidepressivos sem orientação médica é a alteração dos níveis de neurotransmissores como a serotonina e a dopamina. Esses neurotransmissores são fundamentais para a regulação do humor e do bem-estar. O uso descontrolado desses medicamentos pode gerar uma dependência química, levando o cérebro a reduzir sua produção natural de substâncias necessárias ao equilíbrio emocional (DE MICHELI ET AL., 2020). Além disso, adolescentes que fazem uso contínuo de medicamentos sem prescrição correm o risco de desenvolver tolerância, o que os leva a aumentar a dosagem para obter os mesmos efeitos, elevando o perigo de overdose e de danos ao sistema nervoso central.

Outro aspecto importante a ser considerado é o impacto no comportamento e na saúde mental a longo prazo. O uso precoce e indiscriminado de psicoativos pode exacerbar sintomas de depressão e ansiedade ao longo do tempo, uma vez que os medicamentos, ao invés de tratar a causa subjacente, apenas suprimem temporariamente os sintomas. Isso pode dificultar o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento saudáveis, levando o adolescente a depender cada vez mais de substâncias para lidar com suas emoções e conflitos.

Consequentemente, o uso inadequado desses fármacos pode resultar em danos permanentes à saúde mental, incluindo o desenvolvimento de transtornos de humor mais graves e até mesmo psicose em alguns casos, quando há abuso prolongado de substâncias. Portanto, é essencial que os adolescentes tenham acompanhamento médico adequado e sejam orientados sobre os perigos da automedicação, especialmente no que se refere a medicamentos que afetam diretamente o cérebro em desenvolvimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A automedicação na adolescência, impulsionada pelo autodiagnóstico de transtornos mentais, é uma prática alarmante e cada vez mais presente no contexto social atual. A facilidade de acesso a informações superficiais e muitas vezes errôneas, especialmente nas redes sociais, combinada com a crescente pressão enfrentada pelos adolescentes, contribui significativamente para o aumento dessa prática. Os jovens, ao tentarem encontrar soluções rápidas para problemas complexos como ansiedade, depressão e TDAH, acabam recorrendo a medicamentos psicotrópicos sem qualquer orientação médica, o que agrava o problema. (GOMES; RODRIGUES; SANTOS, 2023)

O cérebro adolescente ainda está em processo de desenvolvimento, o que o torna particularmente vulnerável ao uso inadequado de substâncias psicoativas. Estudos revisados ao longo deste trabalho indicam que o uso de medicamentos como ansiolíticos e antidepressivos sem acompanhamento adequado pode alterar significativamente os níveis de neurotransmissores, como serotonina e dopamina, resultando em dependência química, aumento da tolerância e até mesmo danos permanentes ao sistema nervoso central. Além disso, o uso desses fármacos pode mascarar ou agravar os sintomas de condições subjacentes, retardando a busca por tratamento adequado.

O autodiagnóstico é uma questão central nesse fenômeno. Com a proliferação de informações simplificadas sobre transtornos mentais, os adolescentes muitas vezes confundem sentimentos típicos dessa fase com distúrbios mais graves, levando-os a acreditar que precisam de medicação para lidar com seus conflitos emocionais. A ausência de estratégias de enfrentamento saudáveis,

somada à falta de conscientização sobre os perigos da automedicação, resulta em um ciclo prejudicial à saúde mental dos jovens.

Portanto, é necessário reforçar a importância de campanhas educativas e intervenções profissionais que abordem de maneira clara os riscos do uso indevido de medicamentos. Escolas e famílias desempenham um papel fundamental nesse processo, ao oferecer suporte e criar espaços para que os adolescentes discutam suas questões emocionais sem recorrer a soluções perigosas. Promover a educação sobre saúde mental, com enfoque na importância do diagnóstico profissional e do tratamento adequado, é crucial para combater a automedicação nessa fase tão delicada da vida.

CONCLUSÕES

A automedicação entre adolescentes, especialmente quando motivada pelo auto diagnóstico de transtornos mentais, apresenta riscos significativos para a saúde física e mental dos jovens. Os dados e estudos analisados nesta revisão evidenciam que o uso inadequado de psicoativos pode ter efeitos devastadores no desenvolvimento cerebral, gerando dependência e comprometendo a capacidade dos adolescentes de lidar com suas emoções de maneira saudável.

É essencial que haja maior conscientização sobre os perigos da automedicação, tanto por parte dos adolescentes quanto de seus responsáveis. A educação sobre saúde mental deve ser integrada ao ambiente escolar e familiar, com foco na prevenção e no incentivo à busca por acompanhamento profissional. Assim, é possível mitigar os efeitos negativos dessa prática e garantir que os jovens recebam o suporte necessário para enfrentar os desafios próprios da adolescência sem colocar sua saúde em risco.

Além disso, torna-se necessário fortalecer políticas públicas que regulamentem a venda e o acesso a medicamentos psicotrópicos, especialmente aqueles mais visados por adolescentes em busca de alívio imediato para seus sintomas emocionais. A fiscalização sobre a comercialização desses fármacos deve ser intensificada, assim como campanhas educativas em redes sociais e escolas, a fim de conscientizar os jovens sobre os riscos da automedicação e da dependência química.

Os profissionais da saúde também desempenham um papel crucial na mitigação desse problema, promovendo abordagens acessíveis e empáticas que facilitem o diagnóstico correto e o tratamento adequado dos transtornos mentais na adolescência. A ampliação de serviços de saúde mental para essa faixa etária, incluindo a disponibilidade de atendimento psicológico e psiquiátrico em ambientes escolares e comunitários, pode ser uma estratégia eficaz para reduzir a necessidade de automedicação e proporcionar suporte adequado aos jovens.

Por fim, a automedicação e o autodiagnóstico na adolescência devem ser compreendidos como reflexos de um problema mais amplo que envolve a desinformação sobre saúde mental e a dificuldade no acesso a tratamentos adequados. Para que essa prática seja combatida de maneira eficaz, é fundamental que haja um esforço conjunto entre famílias, escolas, profissionais da saúde e gestores públicos, garantindo que os adolescentes tenham acesso a informações corretas e a um suporte psicológico e médico de qualidade.

REFERÊNCIAS

COSTA, T. O.; ALENCAR, H. P. de S.; DE OLIVEIRA, C. F. L.; RAMOS, D. V. B. TDAH como fator de risco para o uso de drogas de abuso: uma revisão da literatura. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 7, n. 5, p. 52229–52242, 2021.

FERREIRA, L. C. *O autodiagnóstico de TDAH na adolescência: consequências e riscos*. Curitiba: Editora Psi, 2020.

GOMES, João Pedro Santos; RODRIGUES, Thiago Luis Gonçalves; SANTOS, Tiago Silva dos. A importância da informação acerca do uso racional de medicamentos psicotrópicos na adolescência. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, Salvador, v. 9, n. 9, p. 2712–2722, 2023.

MARTINS, F. C. *O cérebro adolescente: desenvolvimento e vulnerabilidades*. São Paulo: Ed. Neurologia, 2019.

MICHELI, Denise De; ANDRADE, André Luiz Monezi; SILVA, Eroy Aparecida da; SOUZA-FORMIGONI, Maria Lúcia Oliveira de. *Neurociência do abuso de drogas na adolescência: o que sabemos?*. São Paulo: Atheneu, 2020.

MORETTI, Felipe Azevedo; OLIVEIRA, Vanessa Elias de; SILVA, Edina Mariko Koga da. Acesso a informações de saúde na internet: uma questão de saúde pública? *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 22, n. 1, p. 150–162, 2019.

NEVES, T. I.; SOUZA, V. J. DE L. Patologia do desempenho: TDAH, drogas estimulantes e formas de sofrimento no capitalismo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, p. e236353, 2022.

OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; PINTO, Raquel Gomes; SOUZA, Alessandra da Silva. Perspectivas de futuro entre adolescentes: universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a vida adulta. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 23–35, jun. 2003.

SILVA, I. M. et al. Automedicação na adolescência: um desafio para a educação em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 1651–1660, 2011.

SILVA, L. B. da; SANTOS, C. B. da S. dos; MESQUITA, A. O. D.; JESUS, R. de; BARBOSA, A. dos S. Automedicação e o uso indiscriminado de psicotrópicos entre jovens. *Revista Multidisciplinar em Saúde*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 12–19, 2024. DOI: 10.51161/integrar/remis/4203.

SOUZA, L. R. *Adolescência e rendimento escolar: uma análise dos fatores de impacto*. Rio de Janeiro: Editora Atual, 2020.

VELLOZO, E. P. et al. Prevalence of psychoactive substance use by adolescents in public schools in a municipality in the São Paulo Metropolitan Area, Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, n. 2, p. e00169722, 2023.

CAPÍTULO 4

NEUROCIÊNCIA DO VÍCIO: TRAUMAS DA INFÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA DEPENDÊNCIA

Conceição Natali de Freitas Lundgren

Bruna Carolayne Oliveira Sá

Bárbara Larissa de Lima Gomes

Hellen do Nascimento Gomes de Sousa

Flávio Júnior da Silva Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-457-4

INTRODUÇÃO

Os traumas precoces, especialmente aqueles vivenciados na infância, podem ter um impacto significativo no desenvolvimento de comportamentos de dependência. Essa associação está sendo cada vez mais relacionada. O desenvolvimento psicoemocional da criança é esculpido desde muito cedo, tanto pelas vivências, pelo seu meio social, quanto pelas interações familiares. Se essa fase é de certa forma marcada por algum trauma, seja de qual ordem for, pode-se gerar grandes impactos negativos no desenvolvimento da autorregulação emocional e do enfrentamento do estresse (VAN DER KOLK, 2020), por exemplo.

Ademais, Van Der Kolk (2020), afirma que o trauma infantil pode alterar a função cerebral, afetando áreas associadas ao controle dos impulsos e as tomadas de decisões. Portanto, as pessoas que vivenciaram dificuldades na infância têm maior probabilidade de buscar formas externas e diretas de alívio, aumentando assim o risco de dependência. Esses resultados demonstram a relevância de ações precoces e de apoio contínuo para crianças que sofreram traumas, visando prevenir o desenvolvimento de comportamentos de dependência e promover uma saúde mental mais equilibrada.

Eventos adversos na infância, como abuso, negligência ou ambientes instáveis, podem alterar significativamente o sistema de recompensa e estresse do cérebro, deixando o indivíduo vulnerável ao vício (CARVALHO et. al, 2023).

Segundo Lacerda et al, (2015), os vícios têm se tornado um assunto relevante nas discussões científicas, sobretudo devido ao aumento de adictos em idades cada vez mais precoces, representando um desafio para a saúde pública global. Além disso, este aumento revela um problema delicado que não afeta apenas os adictos, mas também os seus familiares e a sociedade na totalidade. Por tanto, é de suma importância pesquisas científicas voltadas a traumas, visando contribuir para uma melhor compreensão deste fenômeno e oferecer subsídios para políticas de saúde mais eficazes voltadas ao público infanto-juvenil.

REVISÃO DE LITERATURA

A Violência Infantil e o Estresse Tóxico: Impactos no Desenvolvimento Cerebral e na Saúde Mental

A violência infantil representa uma crise de saúde pública e de direitos humanos em escala global, manifestando-se em diferentes contextos, como lares, escolas, comunidades e até ambientes digitais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define maus-tratos infantis como qualquer forma de abuso e negligência que afete crianças menores de 18 anos, incluindo abusos físicos, emocionais e sexuais, além de negligência e exploração. Esses atos de violência afetam profundamente a saúde, o desenvolvimento e a dignidade das crianças, sobretudo em contextos em que há relações de responsabilidade, confiança ou poder. Estima-se que aproximadamente 75% das crianças entre 2 e 4 anos sofram regularmente castigos físicos ou psicológicos de pais e cuidadores, e 120 milhões de meninas e mulheres jovens sejam submetidas a coerção sexual antes dos 20 anos (OMS, 2022; MARTIN, 2010).

Desse modo, traumas na infância, como abusos emocionais e físicos, podem afetar profundamente o desenvolvimento do Córtex Pré-frontal (CPF). Essa região do cérebro, essencial para a regulação emocional e as tomadas de decisões, sofre alterações estruturais e funcionais diante de experiências traumáticas intensas, aumentando a vulnerabilidade a transtornos mentais e comportamentos aditivos na vida adulta. Além disso, os traumas intensificam a atividade de áreas cerebrais associadas ao estresse, dificultando o desenvol-

vimento saudável do autocontrole e da capacidade de avaliar racionalmente situações desafiadoras (TEIXEIRA et al., 2017).

Outrossim, é que exposição precoce à violência está fortemente associada ao que especialistas chamam de estresse tóxico – um tipo de estresse crônico que impacta diretamente o desenvolvimento cerebral, aumentando os riscos de comportamentos agressivos, abuso de substâncias e tendência a atos delituosos (SILVA et al., 2020). Diferente das respostas adaptativas de estresse, o estresse tóxico resulta de situações adversas intensas e prolongadas, como abuso e negligência, para as quais a criança não possui apoio adequado para enfrentamento (FOLKMAN, 2020, apud LAZARUS; FOLKMAN, 1984).

Tipos de Estresse na Infância

Na infância, o estresse pode ser classificado em três tipos principais: positivo, tolerável e tóxico. O estresse positivo está associado a situações desafiadoras, mas não ameaçadoras, como resolver problemas simples ou enfrentar atividades novas. Nesses casos, ocorre uma leve resposta fisiológica, como o aumento da frequência cardíaca, que é temporária. Com o apoio de adultos, a criança retorna ao estado de equilíbrio, desenvolvendo habilidades importantes para lidar com adversidades. Assim, o estresse positivo desempenha um papel essencial no desenvolvimento saudável.

Já o estresse tolerável ocorre em situações mais sérias, como a perda de um ente querido ou desastres naturais. Embora essas experiências desencadeiem respostas fisiológicas intensas, como a ativação do sistema de luta e fuga e o aumento dos hormônios do estresse, os efeitos negativos podem ser reduzidos por um ambiente seguro e acolhedor. Esse suporte facilita o enfrentamento das adversidades, promovendo resiliência e reforçando a capacidade da criança de lidar com situações difíceis no futuro.

Por fim, o estresse tóxico ocorre quando a criança é submetida a situações de alta intensidade e repetição, sem o suporte necessário para enfrentá-las. Esse tipo de estresse provoca uma ativação crônica do sistema de resposta ao estresse, conhecido como eixo HPA (hipotálamo-pituitária-adrenal), que regula a liberação de cortisol, o hormônio do estresse. A exposição prolongada a ní-

veis elevados de cortisol pode danificar regiões cerebrais fundamentais para a regulação emocional e o controle de impulsos, como o córtex pré-frontal e o hipocampo, comprometendo o desenvolvimento saudável da criança (LUPIEN, MCEWEN, GUNNAR, & HEIM, 2009).

Efeitos do Estresse Tóxico no Cérebro

O eixo HPA é uma via central na resposta ao estresse, conectando o cérebro às glândulas adrenais e regulando a liberação de cortisol. Durante situações de estresse agudo, o cortisol facilita uma resposta rápida de luta ou fuga. Contudo, em casos de estresse prolongado, como o estresse tóxico, os níveis de cortisol permanecem elevados, o que afeta diretamente três regiões cerebrais essenciais (LUPIEN, MCEWEN, GUNNAR, & HEIM, 2009).

O hipocampo, envolvido no processamento da memória e no aprendizado, também desempenha um papel crucial na regulação do eixo HPA e na redução da liberação de cortisol após a resolução de uma ameaça. No entanto, o estresse contínuo danifica essa região, prejudicando a memória e dificultando o processamento de informações, o que pode levar a déficits cognitivos.

Além disso, a amígdala, responsável pelo processamento emocional e pela resposta ao medo, ativa o eixo HPA durante situações ameaçadoras. O estresse crônico aumenta a reatividade da amígdala, provocando uma constante percepção de perigo e dificultando a regulação emocional.

Por fim, o córtex pré-frontal, que regula a tomada de decisões e o controle emocional, inibe a resposta ao estresse quando a ameaça é baixa. Contudo, o estresse prolongado compromete a função dessa região, reduzindo a capacidade de controlar impulsos e lidar com emoções intensas.

Essas alterações neurológicas indicam que a exposição repetida ao cortisol prejudica a saúde mental, elevando o risco de transtornos como ansiedade, depressão e comportamentos aditivos. Além disso, a exposição prolongada ao cortisol está associada ao surgimento de problemas cognitivos, como dificuldades de memória e atenção (LUPIEN, MCEWEN, GUNNAR, & HEIM, 2009).

Áreas Cerebrais Afetadas

Os traumas precoces podem afetar profundamente o CPF, especialmente áreas como o córtex orbitofrontal e o ventromedial, que são responsáveis pela regulação emocional, tomada de decisões e controle de impulsos. Abuso ou negligência na infância podem prejudicar essas funções, uma vez que a exposição contínua a níveis elevados de cortisol, devido ao estresse tóxico, compromete a neuroplasticidade, afetando a formação de novas conexões neuronais e alterando o desenvolvimento saudável do CPF (DEFELIPE et al., 2020).

Em consequência, indivíduos expostos a essas experiências frequentemente apresentam dificuldades no controle de impulsos e na tomada de decisões ponderadas, favorecendo comportamentos impulsivos e compulsivos, como o uso de substâncias (GOLDSTEIN e VOLKOW, 2011; KOOB & VOLKOW, 2010).

Além disso, o sistema de recompensa do cérebro, mediado pela Área Tegmental Ventral (ATV) e o Núcleo Accumbens (NA), é ativado por estímulos prazerosos, resultando na liberação de dopamina (DA). Traumas na infância podem induzir a uma hiperatividade deste sistema, fazendo com que o cérebro busque constantemente estímulos de prazer imediato, como forma de compensar o sofrimento emocional (LIMA, 2018; DULSILEK & MARTINS, 2024).

Em indivíduos com essa hiperatividade dopaminérgica, a busca por substâncias psicoativas ou comportamentos viciantes se torna uma estratégia de autorregulação para lidar com o desconforto emocional (KOOB e VOLKOW, 2016). A repetição desses comportamentos, como o uso de drogas, resulta em uma superexposição do sistema de recompensa, o que dessensibiliza as respostas naturais a estímulos prazerosos, levando ao aumento da tolerância e criando um ciclo vicioso de dependência (VOLKOW et al., 2019).

Portanto, os traumas precoces têm um impacto significativo tanto no controle de impulsos, mediado pelo CPF, quanto na resposta emocional e na busca por prazer no sistema de recompensa, o que aumenta a vulnerabilidade a comportamentos compulsivos e viciantes.

Dependência e Busca por Alívio Emocional

A dependência caracteriza-se pela necessidade extrema e compulsiva de aliviar o mal-estar, seja por meio do auxílio de outras pessoas ou pelo uso de substâncias. As drogas, tanto legais quanto ilegais, geram o tipo de dependência conhecida como química, relacionada ao padrão de consumo que leva ao vício. Já na dependência emocional, o indivíduo depende de outra pessoa para se sentir “completo”, depositando suas esperanças e crenças na ideia de que essa pessoa preencherá seu vazio.

A adolescência é uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, marcada por mudanças físicas, intelectuais e emocionais, além dos esforços do indivíduo para atender às expectativas culturais da sociedade. Esse período pode gerar dúvidas e estresse, resultando em uma alta carga psicológica, muitas vezes conduzindo os adolescentes a buscar alívio emocional por meio do uso de drogas lícitas e ilícitas. O principal risco associado ao uso de substâncias está na dependência e nos impactos biológicos, sociais e psíquicos, que prejudicam a realização de tarefas, o cumprimento de papéis sociais e a aquisição de habilidades essenciais para a adequação e competência (CARRAPATO, Josiane Fernandes Lozigia; et al. 2020).

Embora a adolescência seja um período de maior autonomia e independência no cuidado de si, é também uma fase de vulnerabilidade à experimentação de drogas e outras formas de violência. A formação de um indivíduo pode ser influenciada por fatores psicossociais, como a busca por sensações de bem-estar, mudanças socioeconômicas, falta de oportunidades, exclusão social, ansiedade e transtornos de conduta. A exposição a esses fatores pode levar ao uso de substâncias, tanto lícitas (álcool, cigarros) quanto ilícitas (maconha, cocaína, crack, entre outras), resultando em desvios no crescimento saudável dos adolescentes e, em alguns casos, até em invisibilidade social (CARRAPATO et al., 2020).

O uso de substâncias durante a adolescência está muitas vezes relacionado à forma como o indivíduo lida com situações adversas, como a falta de pertencimento, especialmente no ambiente familiar e em seus grupos sociais.

Além disso, traumas vivenciados, a repressão gerada pelos padrões sociais e sentimentos de culpa no contexto social também contribuem para o uso de drogas. Muitos adolescentes iniciam o consumo por influência dos amigos, curiosidade, busca de prazer ou como uma forma de escapar dos problemas, em uma tentativa de encontrar alívio e felicidade (CARRAPATO et al., 2020).

O conflito familiar é um fator de risco importante para o desenvolvimento de estresse psicológico, pois expõe os adolescentes à hostilidade, críticas destrutivas e raiva, favorecendo o uso de substâncias psicoativas. Conflitos familiares aumentam a probabilidade de o adolescente adotar comportamentos semelhantes aos de membros da família, especialmente se há admiração ou identificação com esses indivíduos. Assim, o contato com familiares usuários pode influenciar negativamente os jovens, funcionando como um fator indutor ao uso de drogas (PAZ & COLOSSI, 2023).

Apesar do prazer e alívio imediato proporcionado pelo uso de substâncias psicoativas, seus impactos negativos geram um vazio existencial, falta de perspectiva de vida, ausência de amparo das redes de apoio e rompimento dos vínculos familiares. Socialmente, esses jovens enfrentam estigmatização e preconceito, o que agrava ainda mais seu sofrimento (DAGNONI & GARCI, 2014). No entanto, a presença de famílias que exercem seu papel de proteção, apoio, comunicação e monitoramento pode reduzir o risco de envolvimento com drogas, oferecendo suporte e orientação eficazes para lidar com as frustrações da vida.

De maneira geral, os indivíduos buscam nas drogas a sensação de prazer e alívio imediato, o que provoca alterações no estado emocional, nas sensações e no grau de consciência. Isso gera impactos negativos significativos para a saúde e para a vida social dos indivíduos. O uso de substâncias psicoativas afeta o desenvolvimento cognitivo, emocional e afetivo, resultando em sentimentos de vulnerabilidade, desamparo e frustração. Ao abordar as causas subjacentes ao uso de drogas e promover um ambiente de desenvolvimento saudável, é possível reduzir significativamente os impactos negativos da dependência, favorecendo o desenvolvimento mais saudável dos jovens na sociedade.

Plasticidade Cerebral e Vício

O desenvolvimento cerebral na infância é marcado por intensos processos de neurogênese, formação de conexões sinápticas e remodelação neural, que são essenciais para as capacidades cognitivas e emocionais do indivíduo. A neurogênese, responsável pela formação de novos neurônios, ocorre de forma mais intensa no período pré-natal e nos primeiros anos de vida, especialmente em áreas como o hipocampo, que desempenha papel fundamental na memória e no aprendizado. Durante a infância, o cérebro apresenta alta plasticidade, o que permite uma grande adaptação aos fatores ambientais, incluindo o estresse (KOLB e GIBB, 2011).

De acordo com Reis e Ortega (2021), o estresse crônico tem efeitos negativos significativos sobre o cérebro. No hipocampo, a neurogênese é reduzida, enquanto a liberação prolongada de cortisol pode levar à atrofia estrutural dessa região. CPF, responsável por funções como planejamento e regulação emocional, também é prejudicado, apresentando redução na densidade sináptica. Por outro lado, a amígdala se torna hiperativa, aumentando a sensibilidade a estímulos estressantes e intensificando as respostas emocionais. Essas alterações comprometem as funções cognitivas e aumentam a vulnerabilidade do indivíduo a comportamentos compulsivos, além de dificultar a gestão do estresse.

Estudos indicam que traumas precoces afetam o sistema de resposta ao estresse, especialmente o eixo HPA e os sistemas de recompensa cerebral, como o dopaminérgico. Isso pode levar a déficits na regulação emocional e ao aumento da impulsividade, além de uma busca por recompensas intensas. Crianças expostas ao estresse crônico apresentam menor sensibilidade às recompensas naturais, o que pode estimular comportamentos aditivos, como a busca por substâncias químicas que ativam o circuito dopaminérgico de forma mais eficaz (COELHO, SILVA e SOUSA, 2015).

A relação entre neuroplasticidade e sensibilidade ao estresse é bidirecional. O estresse crônico reduz a capacidade de plasticidade neural, enquanto a neuroplasticidade pode proteger o cérebro, promovendo adaptação e reorganização por meio de mudanças cognitivas e comportamentais. Estratégias de

autorregulação têm demonstrado melhorar a atividade do CPF, sendo um mecanismo essencial para a sobrevivência e para minimizar os danos causados pelo estresse (COELHO, SILVA e SOUSA, 2015).

Ciclos de Comportamento Adictivo

De acordo com Tonelli, o comportamento aditivo é caracterizado por uma compulsão persistente em busca de gratificação temporária, seja para aliviar desconfortos como tensão, estados emocionais negativos ou sintomas de abstinência, ou para alcançar estados de euforia ou bem-estar. Esse padrão persiste, apesar das consequências adversas e das tentativas de controle, criando um ciclo vicioso difícil de romper. Svanberg (2021) reforça essa ideia, descrevendo o comportamento aditivo como “um hábito extremo que se tornou disfuncional e difícil de quebrar”.

Consequentemente, o trauma pode desencadear estresse significativo, que, dependendo de sua intensidade e frequência, provoca mudanças neuronais duradouras. Essas alterações cerebrais, especialmente nas áreas relacionadas à regulação emocional e ao sistema de recompensa, aumentam a vulnerabilidade ao desenvolvimento de comportamentos aditivos. A busca por alívio através de substâncias ou comportamentos compulsivos é uma tentativa de lidar com o sofrimento emocional causado pelo trauma, mas, frequentemente, gera um ciclo vicioso que intensifica o sofrimento.

Compreender a biologia da adição é crucial, pois permite entender como alterações neuroquímicas e estruturas cerebrais, como o sistema de recompensa, influenciam o comportamento aditivo (SVANBERG, 2021). No entanto, essa compreensão biológica por si só não é suficiente para uma visão abrangente do problema, que tem raízes psicológicas, biológicas e sociais. A adição deve ser analisada dentro do contexto do desenvolvimento humano, uma vez que ela se desenvolve gradualmente ao longo do tempo, podendo ser entendida como uma adaptação a ambientes específicos que se tornam compulsivos e enviesados.

O cérebro é altamente plástico ao longo de toda a vida, especialmente durante a infância, adolescência e na faixa etária de 20 a 30 anos. Donald Hebb (1949) descreveu que, ao vivenciar uma nova experiência, os neurô-

nios se ativam e formam novas conexões, facilitando o armazenamento dessa experiência na memória. Esse processo de aprendizagem associativa é mais rápido e intenso quando impulsionado por emoções fortes, o que ocorre especialmente em períodos vulneráveis do desenvolvimento (HEBB, 1949, apud SVANBERG, 2021).

O comportamento é moldado por mapas de recompensas e punições, e o corpo estriado, uma área do cérebro associada à recompensa, desempenha um papel fundamental nesse processo. Quando tomamos decisões, diversas áreas cerebrais convergem para o corpo estriado, que avalia se a ação vale a pena. O NA, localizado nessa região, está altamente conectado a outras áreas do cérebro, incluindo os lobos frontais, responsáveis pelo controle dos impulsos, e a amígdala, que processa as emoções (SCHILDKRAUT et al., 2014).

Todo esse processo é alimentado pela DA, neurotransmissor responsável pela sensação de prazer e recompensa (SCHILDKRAUT et al., 2014). A DA liberada antecipadamente, antes mesmo da recompensa, e sua liberação se torna mais intensa quando as recompensas são entregues de maneira intermitente e imprevisível (BERRIDGE; KRINGELBACH, 2008 apud SVANBERG, 2021). Esse mecanismo reforça o ciclo de expectativa e recompensa, motivando o indivíduo a buscar constantemente o alívio, o que contribui para o desenvolvimento de um comportamento cada vez mais compulsivo.

Intervenções e Prevenção

A Eye Movement Desensitization and Reprocessing (EMDR), que em português significa Dessensibilização e Reprocessamento por meio do Movimento dos Olhos, é uma terapia focada no reprocessamento de memórias traumáticas. Durante as sessões, o terapeuta orienta o paciente a recordar o trauma enquanto realiza movimentos oculares ou outras formas de estimulação bilateral. Essa técnica visa reduzir a carga emocional associada às memórias traumáticas, facilitando a integração dessas experiências na narrativa pessoal do paciente (SHAPIRO, 2001).

Tratando Comportamentos Aditivos:

Diversas abordagens são fundamentais no tratamento de comportamentos aditivos, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) ajuda os pacientes a reconhecerem e modificarem pensamentos disfuncionais que contribuem para esses comportamentos, enquanto a EMDR aborda diretamente os traumas que podem estar impulsionando a adicção. Dessa forma, juntas, essas terapias oferecem um caminho abrangente para tratar feridas emocionais e promover mudanças duradouras no comportamento.

Estudos demonstram que pacientes tratados com TCC ou EMDR apresentam melhorias significativas em sua qualidade de vida, além de uma redução considerável dos sintomas relacionados ao trauma e à adicção (HOFMANN et al., 2012; BRADLEY et al., 2005). A combinação dessas terapias pode potencializar os resultados, proporcionando um suporte adicional para aqueles que enfrentam comportamentos aditivos, muitas vezes impulsionados por experiências emocionais não resolvidas.

Portanto, tanto a TCC quanto as terapias baseadas no trauma, como a EMDR, são eficazes no tratamento de feridas emocionais originadas na infância, que podem levar a comportamentos aditivos na fase adulta. A interação entre traumas infantis e as mudanças cerebrais resultantes contribui significativamente para a vulnerabilidade ao vício. No entanto, mesmo quando o cérebro é afetado, ele pode ser curado ou reconfigurado por meio de intervenções adequadas.

Reversão da Plasticidade Negativa:

A plasticidade cerebral refere-se à capacidade do sistema nervoso de se adaptar, moldar e reorganizar suas conexões sinápticas em resposta a experiências, lesões, estímulos ou mudanças no ambiente. De acordo com Doidge (2016), explorar a capacidade do cérebro humano revela como ele possibilita tanto transformações positivas quanto adaptações negativas, sendo esta última denominada de plasticidade negativa. Como exemplo, o autor descreve como

hábitos prejudiciais e vícios reforçam circuitos neurais disfuncionais, criando trilhas que perpetuam padrões de comportamentos nocivos.

A reversão desses padrões relacionados à plasticidade negativa pode ser promovida por intervenções específicas que reorganizam os circuitos neurais. Doidge (2016) explica que uma dessas estratégias é a TCC, que se mostrou eficaz na reestruturação de padrões de pensamentos e comportamentos disfuncionais. O autor também ilustra como a TCC pode ajudar os pacientes a superar respostas emocionais inadequadas ou compulsões, treinando o cérebro para substituir esses circuitos disfuncionais por redes mais saudáveis, promovendo assim o controle emocional e a tomada de decisões.

Além disso, Doidge (2016) destaca a importância da reabilitação cognitiva e física em sua abordagem prática da plasticidade cerebral. Ele apresenta estudos de caso em que atividades como terapia ocupacional, exercícios físicos e jogos cognitivos foram utilizados para reengajar circuitos neurais após lesões ou doenças degenerativas, demonstrando que essas práticas estimulam o cérebro a formar novas conexões sinápticas. Essas abordagens são fundamentais na recuperação de funções comprometidas e na promoção de uma plasticidade positiva.

MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa é de natureza bibliográfica, investigando como traumas na infância influenciam o desenvolvimento de dependência na vida adulta, analisando através de leitura e análise bibliográfica. Por meio de uma abordagem qualitativa, a qual permite um estudo abrangente de eventos. As informações foram extraídas de bases de dados acadêmicas como Capes, Scielo, Google acadêmico e Lilacs, com ênfase em artigos dos últimos dez anos, garantindo a atualidade dos dados analisados.

Os termos foram combinados utilizando os operadores booleanos “AND” e “OR” para compor as estratégias de busca elaboradas para cada base de dados. Os seguintes termos foram utilizados como descritores durante as buscas:

“dependência” AND “emocional” OR “drogas” AND “adolescentes”; “trauma” AND “infantil” OR “trauma” AND “precoce”; “comportamento” AND “adictivo”. Além disso, também foram utilizadas algumas referências encontradas nos materiais selecionados, o que possibilitou o acesso a um vasto conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura científica revelou uma forte ligação entre traumas precoces e o surgimento de vícios. Estudos demonstram que experiências adversas na infância, como abuso, negligência e exposição à violência, podem afetar o desenvolvimento do sistema nervoso central, especialmente nas áreas de regulação emocional e controle dos impulsos. Essas alterações neurobiológicas foram identificadas como fatores de risco para o uso de substâncias químicas na vida adulta.

Indivíduos com histórico de trauma precoce tendem a ter um risco maior de vícios devido ao estímulo constante do sistema de resposta ao estresse. Esse processo leva ao aumento do consumo de substâncias químicas como uma forma de aliviar sentimentos de ansiedade, depressão ou insatisfação emocional. Além disso, os estudos demonstram que eventos traumáticos acumulativos ampliam esse risco, tornando a pessoa mais vulnerável a padrões de comportamento aditivos. No entanto, a literatura também evidencia que fatores protetivos, como intervenções terapêuticas, apoio social e acesso a cuidados psicológicos, podem reduzir significativamente o impacto dos traumas precoces na formação de vícios.

Os achados também destacam que alterações no eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, frequentemente associadas ao estresse crônico causado por traumas, desempenham um papel importante na vulnerabilidade a vícios. Esse ciclo de hiperatividade do sistema de estresse perpetua a necessidade constante de substâncias para regular o estado emocional (TEIXEIRA et al., 2017; COELHO, SILVA e SOUSA, 2015).

A literatura enfatiza, ainda, a importância de intervenções precoces em indivíduos expostos a traumas. Programas de apoio psicológico na infância e

adolescência podem proporcionar estratégias saudáveis de enfrentamento, minimizando a vulnerabilidade ao uso de substâncias na vida adulta. Como apontado por Svanberg (2021), experiências adversas na infância frequentemente resultam em dificuldades de regulação emocional e impulsividade, fatores que aumentam o risco de comportamentos aditivos. A autora ressalta que intervenções precoces podem ajudar a reestruturar padrões de enfrentamento disfuncionais, promovendo maior resiliência e reduzindo a busca por substâncias como forma de automedicação.

Por fim, os estudos analisados, de alguns autores como Van der Kolk (2020), Coelho, Silva & Sousa (2015) e Teixeira (2017), variam em metodologia e qualidade, o que pode influenciar a uniformidade dos achados. Enquanto algumas abordagens se concentram nos efeitos neurobiológicos dos traumas no eixo HPA, outras enfatizam a importância do sistema de recompensa cerebral e suas conexões com os comportamentos aditivos. Essas variações reforçam a necessidade de replicação e triangulação dos achados para construir uma base mais sólida de evidências sobre o tema.

CONCLUSÕES

Em conclusão, a compreensão da neurociência do vício revela a complexidade das interações entre fatores biológicos, psicológicos e sociais, destacando o impacto significativo dos traumas na infância sobre a predisposição ao desenvolvimento de comportamentos aditivos e como a combinação desses fatores pode desencadear tais comportamentos. Experiências adversas nos primeiros anos de vida, como abuso, negligência ou instabilidade emocional, podem alterar circuitos neurais relacionados à regulação do estresse, recompensa e controle inibitório, como discutido ao longo deste trabalho.

Além disso, o ciclo entre trauma e vício é frequentemente amplificado por fatores contextuais, como a falta de suporte familiar e social ou o acesso limitado a intervenções precoces. A integração desses achados no campo da saúde pública e nas práticas clínicas reforça a necessidade de estratégias preventivas e terapêuticas que considerem a história de vida do indivíduo. Intervenções

baseadas em terapia cognitivo-comportamental, abordagens focadas no trauma e apoio comunitário têm mostrado ser eficazes tanto para prevenir quanto para tratar vícios em populações vulneráveis.

Portanto, é essencial reconhecer o papel dos traumas na infância como um fator subjacente no desenvolvimento de vícios, promovendo uma abordagem mais empática e centrada no indivíduo. Esse conhecimento não só avança a ciência do vício, como também auxilia na formulação de políticas públicas e práticas terapêuticas mais eficazes, contribuindo para a redução do impacto social e pessoal associado a essas condições.

REFERÊNCIAS

BRADLEY, R.; J. D. W.; FOLENFANT, R.; HENDRIX, K.; WILKINS, K.; LINDSEY, M.; HALLGREN, K.; GONZALEZ-ALONSO, J.; HALLGREN, K. Terapia Cognitivo-Comportamental para a Depressão em Adultos: Uma Meta-Análise. **Revista de Psicologia Clínica e Consultoria**, v. 73, n. 3, p. 466-479, 2005.

CARVALHO, A. dos S. M. de; VILELA, G.; MESQUITA, T. B. de; THOMAZ, P. R. V.; SILVA, J. R. da S. e; SILVA, I. da S. e; TRINTA, V. R. V.; GOIS, A. M.; KAMINSKI, J. S. C. **desvendando as cicatrizes do passado: um estudo sobre as implicações de experiencias adversas na infancia – ACEs**. Seven Editora, [S.I], 2023. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/14931>>. Acesso em 15 de Set. 2024

CARRAPATO, Josiane Fernandes Lozigia; et al. Dependência de Substâncias Psicoativas na Adolescência: Um Fenômeno Exclusivamente Biológico ou Biopsicossocial?. *Cadernos de Saúde Mental*. Florianópolis. v. 12, n. 31, p. 353-373. abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69778/43304>.

DAGNONI, Janine Marinho.; GARCI, Agnaldo; Dependência Química, amizade e desenvolvimento humano. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol. Juiz de Fora*. v. 7, n. 1, p. 17-26. jan-jun. 2014. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v7n1/v7n1a03.pdf>.

DEFELIPE, J. et al. **Brain Development and Neuroplasticity: From Neural Networks to Cognitive Function**. Oxford Academic Press, 2020.

DOIDGE, N. O cérebro que se transforma. [s.l.] Record, 2016.

DULSILEK, R. R.; MARTINS, P. D. N. da S. A neurociência da influência das “telas” na infância: relato de experiência. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 01-09, 2024.

FOLKMAN, S. **Estresse: avaliação e enfrentamento**. In: GELLMAN, M. D. (ed.). Enciclopédia de Medicina Comportamental. Cham: Springer, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-39903-0_215> Acesso em: 30 de nov. 2024.

GOLDSTEIN, R. Z., & VOLKOW, N. D. (2011). **Drug addiction and its underlying neurobiological mechanisms**. **Psychiatric Clinics of North America**, 34(2), 317-331.

HOFMANN, S. G.; ASNAAR-THOMAS, Y.; HARTWIG, K.; GASTON, J. A. Eficácia da Terapia Cognitivo-Comportamental: Uma Revisão de Meta-Análises. **Terapia Cognitiva e Pesquisa**, v. 36, n. 5, p. 427-440, 2012.

KOOB, G. F., & VOLKOW, N. D. (2010). **Neurocircuitry of addiction**. **Neuropsychopharmacology**, 35(1), 217-238.

KOOB, G. F.; VOLKOW, N. D. **The addicted brain**. New York: Dutton, 2016.

KOOB, G. F.; VOLKOW, N. D. Neurocircuitry of addiction. **Neuropsychopharmacology**, v. 41, n. 1, p. 1-19, 2016. DOI: <<https://doi.org/10.1038/npp.2015.282>>.

LACERDA, B. M.; QUEIROGA VERAS PINTO, G. M.; VERAS PINTO, S. M. Q.; SALOMÃO, M. A. A. O. Perfil de usuários de drogas em centros terapêuticos do estado do Rio Grande do Norte. **Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 53–64, 2015. Disponível em:<<https://revista.facene.com.br/index.php/revistane/article/view/471>>. Acesso em: 27 set. 2024

LIMA, L. B.. **Projeções da Área Tegmental Ventral para o Estriado Ventral e sua Relevância para os Mecanismos de Recompensa**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

Lupien, S. J., McEwen, B. S., Gunnar, M. R., & Heim, C. (2009). “Effects of stress throughout the lifespan on the brain, behavior, and cognition.” *Nature Reviews Neuroscience*, 10(6), 434-445.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Abuso Infantil**. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <<https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/child-maltreatment>>. Acesso em: 30 de Out. 2024.

PAZ, Fernanda Marques; COLOSSI, Patrícia Manozzo;. Aspectos da Dinâmica da Família com Dependência Química. *Estud. psicol. Natal*, v 18, n. 4, p. 551-558, outubro-dezembro. 2023.<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000400002> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/hSfRJV-TrXD3Jrt7nP9ZkRGw/?format=pdf&lang=pt>.

SCHILDKRAUT, Dylan J.; WIEGELMANN, Jens R.; MOLINA-LOSADA, Jorge; et al. Toward Precision Medicine in Psychopharmacology: High-Throughput Imaging and Behavior in a Rodent Model of Nicotine Use Disorder. **The Journal of Neuroscience**, v. 34, n. 13, p. 4509-4521, 2014. DOI: 10.1523/JNEUROSCI.5292-13.2014. Disponível em: <https://www.jneurosci.org/content/34/13/4509>. Acesso em: 09 de Out de 2024

SHAPIRO, F. **Dessensibilização e Reprocessamento por Movimento Ocular: Princípios Básicos, Protocolos e Procedimentos**. São Paulo: Editora Art-med, 2001

SILVA, R. de C. R. da; RAIMUNDO, A. C. de L.; SANTOS, C. T. O. dos; VIEIRA, A. C. S. O estresse tóxico como fator de risco para o desenvolvimento infantil. **GEPNEWS**, Maceió, a. 4, v. 2, n. 2, p. 171-180, abr./jun. 2020.

SVANBERG, Jenny. **A psicologia do vício**. São Paulo: Editora Blucher, 2021. (A Psicologia de Tudo). ISBN 9786555061208.

TEIXEIRA, C. A. B.; LASIUK, G.; BARTON, S.; FERNANDES, M. N. F.; GHERARDI-DONATO, E. C. S. (2017). An exploration of addiction in adults experiencing early-life stress: a metasynthesis. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 25, e2939.

TONELLI, Hélio. **Introdução à psicopatologia e à neurobiologia das adições e dependências químicas e comportamentais**. ACADEMIA. edu. Disponível em:<<(PDF) Introdução à Psicopatologia e à Neurobiologia das Adições e Dependências Químicas e Comportamentais| Hélio Tonelli-Academia. Edu.

VAN DER KOLK, B. **O corpo guarda as marcas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2020. ISBN 978-85-431-1002-8

VOLKOW, N. D., et al. (2011). **The role of dopamine in drug addiction and the brain's reward circuitry. Archives of General Psychiatry**, 68, 798-804.

VOLKOW, N. D. et al. The role of dopamine in addiction: current perspectives. **Biological Psychiatry**, v. 86, n. 12, p. 945-953, 2019.

VOLKOW, N. D.; KOOB, G. F. Brain disease model of addiction: Why is it so controversial? **The Lancet Psychiatry**, v. 2, n. 8, p. 668-679, 2015. DOI: <[https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(15\)00309-8](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(15)00309-8)>VOLKOW, N. D.; KOOB, G. F. Neurocircuitry of addiction. **Neuropsychopharmacology**, v. 40, n. 1, p. 1-10, 2015

CAPÍTULO 5

GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Quitéria Raquel Bezerra Silvestre Holanda

Camile Barboza Leite Moura

Anne Karollynne Souza de Oliveira

Maria Fernanda Guerra de Queiroz

Flávio Júnior da Silva Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-457-5

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa compreender como se desenvolveu os conceitos e realidades enfrentadas em relação ao gênero e a sexualidade, partindo de uma análise histórica criteriosa em seus diversos contextos, observando se as diferenças entres as épocas contribuíram para uma evolução na desmistificação de possíveis preconceitos e discriminações.

A partir disso, é possível notar que a construção do conceito de gênero parte de algo social, histórico, cultural e economicamente construído ao longo dos anos, tornando-o cada vez mais complexo de ser entendido, já que cada local e período histórico revela algo distinto sobre a visão da massa social acerca da temática. De modo geral, a população atribui certas expectativas ao gênero e, de maneira subjetiva, cada indivíduo tem a sua percepção pessoal, que juntas se baseiam naquilo que é esperado pela sociedade, mas não sobre o que de fato é. A seguinte conjuntura pode ser confirmada por meio de Lauretis (1987), que afirma: “O gênero é o produto e o processo, e ao mesmo tempo a representação que articula a divisão do trabalho e as práticas sociais em nossa sociedade.”

Diante dos fatos mencionados, é possível notar que cada época é carregada por suas diferenças dentro desse conceito, tais como: a visão rigorosa da religião, o patriarcado, as relações de poder, os papéis sociais, dentre outros. Concomitantemente, a soma de todas essas partes embora diferentes, acaba gerando o estigma de uma visão determinista e preconceituosa, transformando

esse tipo de desigualdade como algo normal e naturalizado. O cenário supracitado é assegurado, conforme Davis (2000), que evidencia: “O preconceito de gênero é tão intrínseco à nossa cultura que ele muitas vezes se mascara como ‘senso comum’ e se torna difícil de reconhecer e contestar.”

Além disso, a sexualidade na sociedade atual é um tema complexo, marcado por normas e padrões ainda bem demarcados, devido à sua ligação a culturas rígidas e crenças bem estabelecidas. Diante desse cenário, é notório que as pessoas que se orientam por relações que contrariam o modelo estabelecido são discriminadas e rotuladas. Os homossexuais, lésbicas, transexuais e transgêneros continuam sendo considerados como indivíduos que não se adequam aos padrões dominantes. Segundo o posicionamento de Bonin (1998), afirma que:

Mesmo sendo o indivíduo (ser masculino/ser feminino) um produto da história e da cultura, ele não perde suas características como ser intencional e criativo, capaz de provocar transformações, que, por sua vez, podem mudar o próprio processo cultural que o constitui. (citado por DALL'AGNOL, p.29, 2003).

Desta forma, a visão da sociedade sobre o conceito de sexualidade, sofreu alterações significativas, flexibilizando e desmistificando o modelo tradicional – Patriarcado. Ainda assim, existem fatores como a exclusão e os estereótipos. De acordo com Parker, Herdt e Carbalho (1995), afirmam que:

“o aspecto histórico-cultural está entranhado de uma maneira tão marcante na sexualidade, que está a molda por meio de papéis, normas e atitudes reforçadas em cada uma das instituições e, conseqüentemente, são reproduzidas na coletividade”. (citado por DALL'AGNOL, p.29, 2003).

A relação entre Gênero e Sexualidade em estudos ainda contém lacunas, o que gera a problemática central que orienta esta revisão, que é a falta de consenso sobre a seguinte hipótese, “houve evolução dos conceitos de gênero e sexualidade no contexto histórico?”. Esses impasses justificam a necessidade de uma revisão abrangente para integrar e sistematizar os conhecimentos atuais.

Diante disso, esta revisão bibliográfica examinará as principais abordagens e descobertas sobre o gênero e a sexualidade, considerando a crescente

importância desses tópicos para a área da psicologia, e apresentará como podem servir de base para novas pesquisas. A pesquisa visa esclarecer as evidências atuais sobre gênero e sexualidade, identificando consensos e divergências entre estudos apontando lacunas para futuras pesquisas. Portanto, espera-se que esta revisão revele uma tendência consistente de que estes conceitos não só evoluíram, mas também são de suma importância para se ter os direitos que hoje são desfrutados em relação ao tema.

METODOLOGIA

Os critérios utilizados para selecionar o objeto de estudo, se basearam nos sujeitos que mais faziam parte da análise histórica e bibliográfica que foi delimitado a trabalhar e explorar, tendo em vista que, esses objetos como feminino, masculino, não binário e transgênero e ainda as orientações sexuais como heterossexual e homoafetiva, também foram objetos a serem estudados.

Para tanto, a metodologia adotada baseia-se em uma revisão bibliográfica, com o fito de compreender de maneira mais aprofundada o assunto, dada a partir da filtragem de artigos científicos, que abordam as concepções do gênero e da sexualidade em cada período histórico. Foram utilizados como base para a coleta de dados também o Google Acadêmico, Periódicos da CAPES e a Pepsico.

Diante disso, a pesquisa visa mostrar como esses grupos ainda se encontram distantes do ideal social desejado, com finalidade de gerar reflexões e mudanças de atitudes, frente a sociedade, visando mais inclusão, orientação sobre as mais diversas categorias, redução da violência e ampliação de diálogo.

Além disso, o tipo de pesquisa escolhida foi o tipo exploratória, que consiste em compreender e esclarecer de forma mais aprofundada questões sobre o tema, a familiarização, relações sobre as variáveis e a forma como apresenta-se o fenômeno estudado.

Em seguida, iniciou-se a construção do modelo de análise calcada em conceitos modelos teóricos entre outros, sendo inicialmente utilizado o método hipotético indutivo que parte das observações da natureza empírica para a

construção de novos conhecimentos. Posteriormente, o método hipotético dedutivo que parte de conhecimentos gerais para conhecimentos específicos foi incorporado.

Logo após, seguiu-se a coleta de dados partindo de três questões a serem respondidas:

O que coletar	Dados úteis que trazem contexto
Com quem coletar	Campos de análise empírica geográficos e sociais;
Como coletar	Instrumentos que serão usados como (observação) neste artigo.

Posteriormente, a etapa de análise das informações, onde serão verificadas e interpretadas as devidas informações coletadas, observando se estas correspondem ou não as hipóteses iniciais, que consiste em três operações:

- Descrever os dados
- Mensurar as relações entre variáveis
- Compará-las ao observado e o esperado

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gênero

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), o termo “gênero” é entendido como um conceito relacionado a aspectos construídos socialmente de homens e mulheres, abrangendo normas, papéis e relações. Com isso, é possível perceber que a definição supracitada sofre alterações de acordo com o contexto sócio- histórico em que a sociedade está passando, a partir da expectativa que a própria massa social tem do que é certo ou errado, normal ou diferente.

Desse modo, entende-se o termo padrão binário como uma visão de gênero que parte de uma dualidade, por meio da divisão de duas categorias opostas, sendo elas: o feminino e o masculino, nesse caso, tendenciosamente ligada ao sexo biológico do indivíduo, como se esse fosse o parâmetro de definição de como o próprio ser humano deve se enxergar, colocando-as como características verdadeiras de forma absoluta.

A partir dessa perspectiva, nota-se que esse conceito desconsidera todos os tipos de diversidade que fluem entre as duas definições, como exemplo de pessoas que se consideram não-binárias e agênero. Tal panorama, é confirmado a partir da máxima de Judith Butler (2004), onde:

A presunção de que o gênero é binário, ou de que o gênero deveria ser, tem sido desafiada por aqueles que argumentam que as restrições binárias ao gênero servem aos interesses reprodutivos de uma heterossexualidade hegemônica. Instalar a norma de gênero desta forma restrita, é instituir uma forma de governação que mina a liberdade e a possibilidade de viver de outra forma.

Gênero na Pré-História e Idade Antiga

Dentro de uma perspectiva pré-histórica, não se tinha conhecimento sobre as diversidades de gênero, nessa época o modelo tradicional prevalecia, onde os papéis sociais de homens e mulheres eram divididos através de funções dadas de acordo com as suas características corporais.

Nesse sentido, as mulheres geralmente tinham atribuições associadas a exercer a tarefa de mãe, ao cuidar dos filhos e da moradia, e de coletoras, responsáveis pelas plantações. Já os homens eram direcionados, muitas vezes, ao posto de liderança, ficando encarregados pela caça de animais e alimentos. Tal perspectiva, pode ser confirmada consoante a arqueóloga britânica Margaret Ehrenberg (1989) que enfatiza:

Os papéis de gênero na pré-história não podem ser facilmente generalizados, já que as evidências são limitadas e abertas a várias interpretações. No entanto, é possível que as mulheres desempenhassem papéis centrais tanto na caça quanto na coleta, e suas contribuições para a sobrevivência do grupo podem ter sido tão importantes quanto as dos homens.

No período da idade antiga, os papéis sociais ainda permaneciam bem parecidos com os da época anterior. Em geral, o sexo feminino possuía responsabilidades voltadas ao contexto familiar e da casa, ajudando na educação dos filhos e nos trabalhos domésticos. No caso do sexo masculino, o total oposto prevalecia, já que eles eram considerados os líderes do lar, encarregados pela administração de todos os bens, além de participar de guerras e avaliar a conduta de sua linhagem.

Outrossim, é que nesse tempo a maioria dos casamentos eram arranjados, com a finalidade de gerar negócios, tirando assim a liberdade de escolha dos próprios filhos, e estabelecendo uma posição de submissão por parte das mulheres. O panorama pode ser evidenciado segundo Perrot (1998), que destaca:

“Na Antiguidade, os papéis de gênero eram rígidos e definidos pela divisão de funções entre homens e mulheres. Essa organização social atribuía aos homens o domínio da esfera pública e às mulheres o espaço doméstico, com uma clara subordinação feminina, como se observa na Grécia e em Roma.”

Gênero na Idade Média e Idade Moderna

Pensa-se em classe e gênero como categorias relacionadas, pois a classe social naquele contexto, determinava como a vida do indivíduo iria ser conduzida, incluindo como seria visto na sociedade e com quem se relacionaria. Além do mais, na idade moderna, o pensamento associativo de homem masculino e mulher feminino eram bem fortalecidos, onde esses dois papéis eram padrões predominantes.

Em virtude disso, na era moderna, o homem se fundamentava na satisfação dos conhecimentos científicos e na técnica. Assim, acreditava-se que a ciência poderia explicar os eventos do mundo, desenvolvendo técnicas para transformá-los e ser “bem-sucedido”. No entanto, neste período histórico as conexões de poder frequentemente eram utilizadas, além disso, os casamentos não tinham relação com o amor ou paixão, o objetivo era apenas reproduzir.

Logo, é importante lembrar que a emergência da família burguesa, ao enfatizar no imaginário a relevância do amor familiar e do cuidado com o marido e os filhos, redefine o papel feminino e, ao mesmo tempo, proporciona novas e estimulantes atividades dentro do lar, como por exemplo, gostar ou não de uma tarefa doméstica.

Gênero na Contemporaneidade

A era contemporânea, que se inicia em 1789 e se estende até os dias de hoje, trouxe críticas ao racionalismo abstrato, resultando no surgimento do con-

ceito de gênero, especialmente no campo da história das mulheres. Esse avanço permitiu a ampliação das análises críticas sobre a historiografia das mulheres, desafiando a visão tradicional dos historiadores, também sendo influenciado por escolas de pensamento como o revisionismo neomarxista e a Escola de Frankfurt (CORREA e MARIA, 2021).

Nos anos 1950 e 1960, o conceito de gênero emergiu nos movimentos feministas, com foco na igualdade de direitos, como trabalho, saúde e autonomia corporal. No Brasil, especialmente na década de 1980, essa luta ganhou força contra o patriarcado capitalista, que restringia as mulheres à maternidade, enquanto os homens dominavam a esfera pública. Com a conquista do direito ao voto, a luta feminista passou a abranger outras esferas, buscando conquistas sociais mais amplas e a igualdade entre homens e mulheres no poder familiar (BIRMAN, 2018).

A ruptura no modelo patriarcal, também afetou positivamente a visibilidade da comunidade homossexual. À medida que as relações de gênero evoluíram, homens e mulheres homossexuais começaram a reivindicar publicamente seus direitos, desafiando a ideia de que suas identidades eram patológicas.

A psicanálise Freudiana, ao separar a sexualidade humana da reprodução, contribuiu para a legitimação da diversidade sexual, fortalecendo a luta dos movimentos sociais, culminando na retirada da homossexualidade da lista de doenças no DSM-III, promovendo maior inclusão social. (BIRMAN, 2018)

No campo da transexualidade, o debate foi intensificado a partir dos anos 1970. O psicanalista norte-americano Stoller destacou a relevância da identidade feminina na condição transexual, sem associá-la a distúrbios psíquicos. No entanto, algumas abordagens lacanianas vinculavam a transexualidade à psicose ou histeria. Nesse período, as cirurgias de transgenitalização começaram a ser regulamentadas, trazendo mudanças médicas e legais para atender às necessidades dos transgêneros. Enquanto alguns ainda viam essa condição como patológica, outros a consideravam um desafio às normas estabelecidas. (BIRMAN, 2018)

A questão intersexual também passou por transformações. Durante o Renascimento, a definição de gênero era mais flexível, permitindo mudanças de

identidade. Entretanto, no século XIX, a medicina rigidamente estabeleceu o “sexo verdadeiro” com base em critérios biológicos. Um caso notório foi o de Herculine Barbin, que, após ser classificada como homem, cometeu suicídio. Esse evento se tornou um marco no debate sobre identidade de gênero e a relação entre sexo biológico e identidade pessoal. (BIRMAN, 2018)

Em resumo, as discussões sobre identidade de gênero desafiam as visões tradicionais de identidade e sexualidade, gerando debates acalorados, especialmente em sociedades conservadoras. No Brasil, a resistência a essas transformações frequentemente se manifesta de forma violenta, como nas reações contra a arte com conteúdo erótico em 2017.

Embora os avanços sejam evidentes, como a Lei Maria da Penha e a legalização do casamento gay (CORREA e MARIA, 2021), a violência contra mulheres, homossexuais e transgêneros persiste, mostrando que ainda há um longo caminho para a plena inclusão e aceitação de todas as identidades de gênero. Embora as transformações sejam evidentes, ainda há um longo caminho para a plena inclusão e aceitação de todas as identidades de gênero.

Além disso, a violência contra mulheres, homossexuais e transgêneros é uma realidade, com agressões físicas e impunidade. Logo, a Lei Maria da Penha foi criada para punir agressores de mulheres, mas nem sempre as vítimas denunciam por medo (CORREA e MARIA, 2021). Da mesma forma, no contexto da homossexualidade, a violência e preconceito persistem, apesar da legalização do casamento gay. Portanto, as transformações têm impacto positivo, promovendo uma sociedade mais inclusiva e tolerante, ainda que o objetivo não tenha sido totalmente alcançado.

Sexualidade

Inicialmente, o conceito de sexualidade abrange diversos aspectos da existência humana, incluindo o sexo, a orientação sexual, a identidade de gênero, o erotismo, a intimidade e a reprodução. Não sendo ela um sinônimo de coito e não se limitando à existência ou não do orgasmo; é muito mais do que isso, é a energia que os motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade.

Ela se expressa na maneira de sentir e na forma como as pessoas se tocam e são tocadas. Considerando que esse conceito se encontra atualmente muito mais desmistificado, o indivíduo tem a oportunidade de dar início a busca do autoconhecimento, desbravando a intimidade e descobrindo o sentido que ela tem para si, proporcionando novos significados e causando conforto físico e mental para quem atinge o seu objetivo.

Sexualidade na Pré-História, Idade Antiga e Idade Média

Ademais, a Sexualidade na pré-história foi marcada por duas fases importantes: o paleolítico, que apresentou os primeiros registros da sexualidade humana em pinturas e gravuras em paredes de cavernas, e a supervalorização das mulheres, que eram o suporte para sobrevivência da sociedade, originando este período como matriarcado, que configura-se em uma sociedade criada por mulheres, as quais têm autoridade sobre suas famílias, assim como da própria sociedade, exercendo seus papéis sócias de forma dominante sobre os homens. (Nunes 1997 apud Barros, Miranda,2019, p.13).

Ele explica que nesse modelo primitivo de sociedade havia uma supervalorização da figura feminina, onde sua fertilidade era cultuada, e nesse cenário a sexualidade era concebida e revestida de significação mítica, ganhando status de coisa Sagrada e Divina a ponto de ser cultuada.

Já o período neolítico, segunda fase que sofreu modificações climáticas e populacionais, ratificou a substituição das atividades de caça para o cultivo. Dessa forma, as inversões dos papéis sociais ganharam maior espaço, colocando os homens em posições de poder e controle sobre todas as coisas, levando a alteração do matriarcado para o patriarcado, no qual, este tem como significado o poder da supremacia dos homens sobre as mulheres, sendo essas submissas a eles. Conforme (Santiago 2012, apud Barros, Miranda,2019, p.14),

Aponta que nesse período começaram a surgir distinções entre as sociedades, com a inversão dos papéis de poder concebidos até o presente momento, com o homem passando a exercer uma função controladora, levando a figura da mulher a uma posição de semi escravidão cultural.

Na sequência, tem-se o período da Antiguidade, que fomentou a relação sexual, tida como essencial e de suma importância para o ato de procriação e multiplicação dos povos. Vale ressaltar, que a homossexualidade e a masturbação eram malvistas, uma vez que, predominava a relação heterossexual. Nesse sentido, fica evidente a supervalorização da prole masculina, ofertando diversos benefícios dentre os quais, o direito de ter várias mulheres, exclusividades em jogos, festas, trabalhos e entre outros, enquanto as mulheres eram submissas a eles. Ademais, a sodomia e a pederastia eram práticas bastante comuns nesta época.

Outrossim, a Idade Média, que sofreu grande influência da igreja católica em detrimento a Sexualidade. Práticas sexuais só eram concebidas associadas à procriação, na qual havia uma forte correlação com dogmas religiosos que vêm desde Adão e Eva, os primeiros seres Humanos na Terra, criados por Deus, para que deles surgissem outros povos, sem nenhum pecado, isso antes da queda no Jardim do Éden. Dito isto, o cristianismo predominava sobre a época, realçando a relação sexual homem e mulher, discriminando qualquer conduta oposta ao padrão estabelecido por Deus. Desse modo, pode afirmar-se que:

Qualquer atitude contrária ao discurso religioso, ou seja, à práxis social esperada, também era colocada à margem da sociedade, pois a desobediência de Adão ao comer do fruto proibido, assim como a de Eva, transgride o paraíso e “é só através da desobediência que o homem deixa de ser a mera semelhança do seu criador” (COCCIA, 2015, p. 3, apud GATT, p. 4).

Contudo, ao desviar dessas condutas e doutrinas, os praticantes, principalmente as mulheres, sofriam retaliações, pois a normatização era seguida com muita rigidez. Em contrapartida, a prole masculina se beneficiava de algumas práticas já supracitadas, configurando-se um período patriarcal, devido ao status que eles tinham diante da sociedade desde a pré-história.

Sexualidade na Idade Moderna

A transição da Idade Média para a Idade Moderna foi marcada por profundas mudanças nas visões sobre a sexualidade, influenciadas principalmente pela Reforma e pela Contrarreforma. Durante esse período, a Igreja Católica

reafirmou sua posição sobre o celibato e a rigidez das normas sexuais, tentando controlar as relações entre os indivíduos (BRAZ E MIRANDA, 2019). De acordo com Michel Foucault, as relações de sexo eram mantidas dentro de um sistema de aliança e severamente reprimidas.

Falar sobre sexo tornou-se um ato de transgressão, levando ao controle e condenação desse discurso, que resultou no anonimato do sexo. Assim, surgiram as “grandes proibições”, nas quais a sexualidade passou a ser valorizada apenas dentro do casamento, com ênfase no papel reprodutivo e na figura do “homem natural” (SANTOS, 2012).

Essa cultura de repressão foi fortalecida pela disseminação da vergonha em torno das práticas sexuais, com a confissão religiosa sendo utilizada como um mecanismo para controlar os impulsos sexuais (SANTOS, 2012). Entretanto, movimentos de contestação começaram a desafiar essas visões tradicionais, especialmente a partir da Renascença Italiana (BRAZ E MIRANDA, 2019). Esse período, trouxe uma nova valorização da liberdade sexual e ajudou a redefinir o papel das mulheres na sociedade, promovendo uma visão mais equitativa dos direitos sexuais e sociais.

Nas civilizações da América pré-colombiana, práticas sexuais diversas eram comuns. Entre os Maias, por exemplo, a homossexualidade era permitida durante a adolescência, enquanto os Astecas encorajavam o casamento precoce e aplicavam severas punições, como a pena de morte, para práticas sexuais que não envolvessem reprodução. Os espanhóis, ao encontrarem essas culturas, se depararam com uma série de costumes que condenavam a homossexualidade e a sodomia. Ao mesmo tempo, em sociedades como a Índia e a China, as práticas sexuais eram rigorosamente regulamentadas (BRAZ E MIRANDA, 2019).

Na Europa, as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) como a sífilis e a gonorreia estavam se espalhando rapidamente, o que incentivou o desenvolvimento de métodos de prevenção, como o preservativo. Esse avanço teve grande impacto nas relações sexuais, especialmente entre os profissionais itinerantes. Além disso, o uso do microscópio e as descobertas científicas sobre a reprodução, incluindo a identificação de espermatozoides e óvulos, bem como as teorias de hereditariedade, revolucionaram o entendimento sobre a sexualidade e a reprodução humana. As teorias de Charles Darwin também trouxeram

novas perspectivas sobre a evolução e herança genética, moldando a visão moderna da sexualidade. (BRAZ E MIRANDA, 2019)

Esses eventos marcaram o início de uma nova era para as relações sexuais e sociais, impulsionando mudanças profundas na maneira como a sexualidade era percebida e praticada. Esse processo foi fundamental para a transição da Idade Média para a Era Moderna, moldando muitos dos valores e visões que perduram até hoje. (BRAZ E MIRANDA, 2019)

Sexualidade na Contemporaneidade

A colonização portuguesa no Brasil, teve grande influência sobre a forma como a sexualidade era vista e vivida, especialmente dentro do casamento. Assim como na Europa, durante o período colonial, a Igreja Católica desempenhou um papel central na promoção de uma estrutura familiar patriarcal, opondo-se ao concubinato. Nesse contexto, era comum que os homens buscassem relações sexuais fora do casamento, muitas vezes com profissionais do sexo ou mulheres de classes sociais mais baixas (SCALIA e RIBEIRO, 2012).

Com o surgimento da pós-modernidade, o foco social e econômico começou a mudar, passando da produção para o consumo. Isso teve um impacto significativo na sexualidade, que passou a ser tratada como uma mercadoria, inserida nas dinâmicas do capitalismo. A sexualidade, então, tornou-se objeto de consumo, muitas vezes dissociada do erotismo, o que levou a uma percepção de falsa liberdade. Somente na contemporaneidade, é que questões biológicas da sexualidade ganharam maior destaque nas ciências humanas, com estudos que permanecem relevantes até hoje (SOUZA, 2023).

Além disso, a cultura patriarcal continuou a moldar a sociedade brasileira até a década de 1950, quando movimentos de contracultura, como o “beat” na Europa, começaram a questionar esses padrões. Durante os anos 1960, o “movimento hippie” trouxe novos ideais de liberdade sexual, incluindo o direito ao prazer sem restrições e a liberação sexual das mulheres, impulsionada pelo uso da pílula anticoncepcional.

Nesse mesmo período, a pornografia começou a ser debatida em uma escala mais ampla, refletindo as mudanças nos valores sexuais da época (VEIRA, 2016).

A sexualidade é um aspecto fundamental em todas as fases da vida humana, abrangendo não apenas os aspectos físicos, mas também emocionais, como satisfação, afetividade e liberdade. Ela é profundamente influenciada pela história, cultura e sociedade, e continua a evoluir. Atualmente, mudanças nos valores culturais têm levado os jovens a iniciarem sua vida sexual de forma mais precoce, o que torna a adolescência uma fase crucial para o desenvolvimento da identidade sexual (VIEIRA, 2016).

De forma geral, a sexualidade continua a evoluir de maneira dialética, com avanços importantes em sua compreensão social, apesar de ainda haver resistências e incompreensões. O diálogo sobre o tema é fundamental, especialmente à medida que as novas gerações introduzem novas perspectivas e práticas na vivência humana.

Desconstrução: A Desmistificação dos Conceitos sobre Gênero e Sexualidade

A sexualidade tem um papel central na sociedade e é frequentemente alvo de debates sobre corpo, afeto, desejo e tabus. Questões culturais e morais continuam a influenciar as percepções sobre o tema, impondo barreiras ao debate aberto e ao reconhecimento da individualidade sexual (JHONNISON et al, 2023). A repressão sexual, ainda presente em muitos contextos, reflete uma continuidade dos tabus que cercam a sexualidade, tornando a discussão sobre esse tema algo desafiador para muitas pessoas.

A história da sexualidade mostra como preconceitos e resistências sociais, que começaram no passado, continuam a moldar as percepções contemporâneas, gerando uma visão negativa que ainda rotula o sexo como perigoso ou censurável (SOUZA, 2023). Entretanto, é essencial respeitar as diferentes vivências e perspectivas de cada indivíduo, reconhecendo a diversidade de expressões sexuais.

CONCLUSÕES

Por fim, concluímos que, diante de todos os materiais bibliográficos que foram utilizados, observou-se que houve, em aspectos culturais e sociais, um avanço no que se refere à gama de possibilidades para os indivíduos se expressarem e vivenciarem experiências relacionadas ao gênero e à sexualidade. Esse progresso resulta do processo de desmistificação de conceitos que, outrora, não tinham espaço para discussão ou abordagem pública, destacando-se, ainda, a conscientização social e o fortalecimento de movimentos sociais. Essa revolução permitiu que diferentes pessoas descobrissem e experimentassem a liberdade de expressar e viver plenamente.

Além disso, demonstra-se que a hipótese inicial e as relações entre as variáveis, como a evolução da sociedade em diferentes períodos históricos (pré-história, antiguidade, idade moderna e contemporânea), assim como o preconceito advindo da sociedade, sofreram alterações em cada período, confirmando expectativas relacionadas a um tema tão complexo, que envolve conceitos como sexo, orientação sexual, identidade de gênero e reprodução. É importante salientar que, ainda assim, a sociedade tem regras e padrões que remontam à antiguidade, como o patriarcado (relação entre homem e mulher).

Em suma, durante a elaboração do artigo, foram encontradas algumas limitações no campo de pesquisa do gênero e da sexualidade. Embora existam vários trabalhos que abordem a temática, ainda há dificuldades em encontrar estudos mais aprofundados e detalhados sobre cada período histórico. Além disso, foram identificados obstáculos para encontrar artigos específicos sobre a perspectiva do homem dentro da Idade Média.

REFERÊNCIAS

BARROS, Márcia Graminho Fonseca Braz; MIRANDA, Jean Carlos. Sexualidade: perspectiva histórica e significação cultural. Revista eletrônica Acta Biomedicina Brasiliensia, v. 10, n. 1, p. 13-22, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/15447/Sexualidade%20%20perspectiva%20hist%C3%B3rica%20e%20significa%C3%A7%C3%A3o%20cultural.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 out. 2024.

BIRMAN, Joel. Sexuality in contemporary times. Cadernos de psicanálise. [online]. Rio de Janeiro, vol. 40, n. 38, pp. 137-159, jun., 2018. ISSN 1413-6295. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952018000100009. Acesso em: 23 set. 2024.

BRAZ, Márcia; MIRANDA, Jean. Sexualidade: perspectiva histórica e significação cultural. Revista eletrônica Acta Biomedicina Brasiliensia. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15447>. Acesso em: 23 set. 2024.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORREA, Jacy; MARÍA, Ana. Estudos de Gênero na Psicologia (1980-2016): Aproximações e Distanciamentos. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2021, v. 41 [Acessado 23 Setembro 2024], e219132. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003219132>. Epub 16 Jul 2021. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003219132>.

DE SOUZA, Andréia; GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA SEXUALIDADE: PORQUE ELA AINDA É UM TABU?. EDUCERE - Revista da Educação da UNIPAR, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 547–559, 2023. DOI: 10.25110/educere.v23i2.2023-002. Disponível em: <https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/educere/article/view/10164>. Acesso em: 23 set. 2024.

DAVIS, Simone Weil. Living Up to the Ads: Gender Fictions of 20th-Century Advertising. Duke University Press, 2000.

DALL'AGNOL, Rosângela de Sant'Anna. A sexualidade no contexto contemporâneo: permitida ou reprimida?. Psic, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 26-31, dez. 2003. Disponível em. acessos em 04 nov. 2024.

EHRENBERG, Margaret. Women in Prehistory. Londres: British Museum Publications, 1989.

GATT, Pablo. A sexualidade em questão: o Pecado Original de Adão e Eva e o caráter negativo do ato sexual na Summa Theologiae(1273), de Tomás de Aquino. Rev. Hist. UEG, Morrinhos, v. 8, n. 2, e-821905, jul/dez. 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/8932/6953>. Acesso em: 02 out. 2024.

JHONNISON, Adrian; et al. Gênero e Sexualidade: Tabu, Controle dos Corpos e Sociedade. *Revista sentidos da cultura*. v. 10, n. 19, out., 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/sentidos/article/download/8134/3573>. Acesso em: 23 set. 2024.

LAURETIS, Teresa de. *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*. Indiana University Press, 1987.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. “Gender and Health”. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 11 set. 2024.

PERROT, M. (1998). *Minha história das mulheres*. São Paulo: Companhia das Letras. SANTOS, D. R. A (DES) LEGITIMAÇÃO DO DESEJO: SEXUALIDADES DISSONANTES NA SOCIEDADE OCIDENTAL. *Travessias*, Cascavel, v. 6, n. 2, p. e6665, 2012. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/6665>. Acesso em: 23 set. 2024.

SCALIA, A. C. M. A.; RIBEIRO, P. R. M. Hibridismo cultural: o imaginário europeu na construção da sexualidade feminina do primeiro século de colonização brasileira. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 6, n. 1, p. 106–115, 2012. DOI: 10.21723/riace.v6i1.4802. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/4802>. Acesso em: 23 set. 2024.

SIQUEIRA SILVA, Luciana Aparecida; PINHEIRO DE QUEIROZ SILVA, Elenita. DIÁLOGOS ENTRE INTERSEXUALIDADE E O ENSINO DE BIOLOGIA. *Diversidade e Educação*, [S. l.], v. 9, n. Especial, p. 576–599, 2024. DOI: 10.14295/de.v9iEspecial.12837. Disponível em: <https://furg.emnuvens.com.br/divedu/article/view/12837>. Acesso em: 23 set. 2024.

VIEIRA, Kay Francis Leal et al. Representação Social das Relações Sexuais: um Estudo Transgeracional entre Mulheres. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2016, v. 36, n. 2 [Acessado 30 Setembro 2024], pp. 329-340. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001752013>. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001752013>.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

ARICLÉA SILVA LIMA

Discente - Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<https://lattes.cnpq.br/6245961557188791>)

ANNE KAROLLYNNE SOUZA DE OLIVEIRA

Discente - Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<https://lattes.cnpq.br/2050667174074931>)

AYSLLA RODRIGUES SANTOS

Discente - Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<http://lattes.cnpq.br/8015853315762181>)

BÁRBARA LARISSA DE LIMA GOMES

Discente - Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<https://lattes.cnpq.br/8349355932805189>)

BRUNA CAROLAYNE OLIVEIRA SÁ

Discente - Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<http://lattes.cnpq.br/9493239310216378>)

CAMILE BARBOZA LEITE MOURA

Discente - Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<https://lattes.cnpq.br/1382705442785093>)

CONCEIÇÃO NATALI DE FREITAS LUNDGREN

Discente - Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<https://lattes.cnpq.br/7410837126268647>)

DÉBORAH VALÉRIA PEREIRA TEODÓZIO

Discente - Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<http://lattes.cnpq.br/0669498739399484>)

ELLEN FLÁVIA NOGUEIRA FERREIRA

Discente - Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<https://lattes.cnpq.br/3378529404521618>)

FLÁVIO JÚNIOR DA SILVA SANTOS

Docente - Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau –
UNINASSAU (<http://lattes.cnpq.br/3796923979619275>)

HELLEN DO NASCIMENTO GOMES DE SOUSA

Discente - Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<http://lattes.cnpq.br/1235332135972923>)

INGRID VIVIANE DA SILVA NASCIMENTO

Discente - Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<http://lattes.cnpq.br/0669498739399484>)

ÍISIS TELES PEREIRA

Discente - Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU

IHORRANY MAYRLLA DE MOURA VITORIO

Discente – Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<http://lattes.cnpq.br/0146621977650039>)

LETICIA BARBOSA INÁCIO DE MAGALHÃES

Discente – Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<http://lattes.cnpq.br/0080264715300275>)

MARIA FERNANDA BARBOSA PINHEIRO

Discente – Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<http://lattes.cnpq.br/8533946777383177>)

MARIA FERNANDA GUERRA DE QUEIROZ

Discente – Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<https://lattes.cnpq.br/9599737856525082>)

QUITÉRIA RAQUEL BEZERRA SILVESTRE HOLANDA

Discente – Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<https://lattes.cnpq.br/7442236486829328>)

VICTOR AUGUSTO F. TORQUATO FERNANDES

Discente – Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<https://lattes.cnpq.br/4336547491114019>)

VITÓRIA AMANDA MOURATO DA CRUZ

Discente – Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<http://lattes.cnpq.br/2380288871025408>)

VITÓRIA MARIA DA SILVA MENDES

Discente – Bacharelado em Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau
– UNINASSAU (<http://lattes.cnpq.br/0059943350061382>)

MENTES EM MOVIMENTO

UMA JORNADA PELA PSICOLOGIA



www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952

ARCO
EDITORES ● ● ●